

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2019



Município de Balneário Camboriú

Data de Fundação– 20/07/1964

População: 142.295 habitantes
(IBGE - 2017)

PIB: 5.148,51 (em milhões)
(IBGE - 2015)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	5
2.1 Indicadores Estatísticos	5
2.2. Plano Diretor	6
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	7
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	8
3.2. Análise do resultado orçamentário.....	9
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias.....	10
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	19
4.1. Situação Patrimonial	19
4.2. Análise do resultado financeiro	20
4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos	21
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira.....	24
4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência	27
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES	29
5.1. Saúde	29
5.2. Ensino	31
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	31
5.2.2. FUNDEB.....	32
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	35
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	35
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo.....	37
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo.....	38
6. CONSELHOS MUNICIPAIS.....	40
6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB).....	40
6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS).....	41
6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	45
6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)	46

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)	46
6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)	47
7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR N° 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL N° 7.185/2010.....	48
8. POLÍTICAS PÚBLICAS	52
8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017-2021	52
8.2. Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE	53
8.2.1. Monitoramento da Meta 1 do PNE: Educação Infantil	54
8.2.2. Taxa de atendimento em Creche.....	55
8.2.3. Taxa de atendimento na Pré-escola	56
8.2.4 – Avaliação da vinculação das metas da educação do PNE previstas na LOA... 57	
9. RESTRIÇÕES APURADAS	62
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2019.....	63
CONCLUSÃO	64
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	66
APÊNDICE	68

PROCESSO	PCP 20/00092904
UNIDADE	Município de Balneário Camboriú
RESPONSÁVEL	Sr. Fabrício José Sátiro de Oliveira - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2019
RELATÓRIO N°	264/2020

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Balneário Camboriú, relativas ao exercício de 2019.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2019 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições do artigo 7º da Instrução Normativa nº TC-20/2015 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Balneário Camboriú, sendo que as médias do exercício em análise foram geradas em 13/07/2020 conforme base de dados constituída a partir das informações bimestrais encaminhadas pelos municípios através do Sistema e-Sfinge e as

médias dos exercícios anteriores a partir dos dados analisados, julgados ou apreciados por este Tribunal.

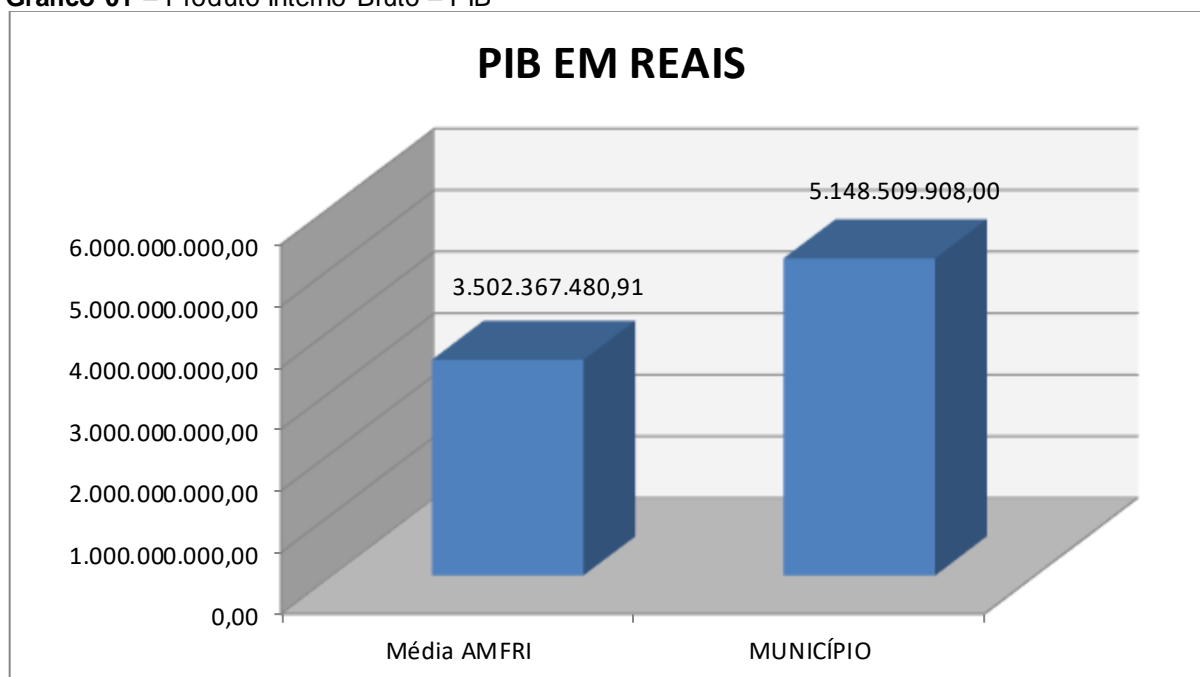
Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1 Indicadores Estatísticos

O Município de Balneário Camboriú tem uma população estimada em 142.295¹ habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,85². O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 5.148.509.908,00³, revelando um PIB per capita à época de R\$ 38.061,55, considerando uma população estimada em 2017 de 135.268 habitantes.

Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2015

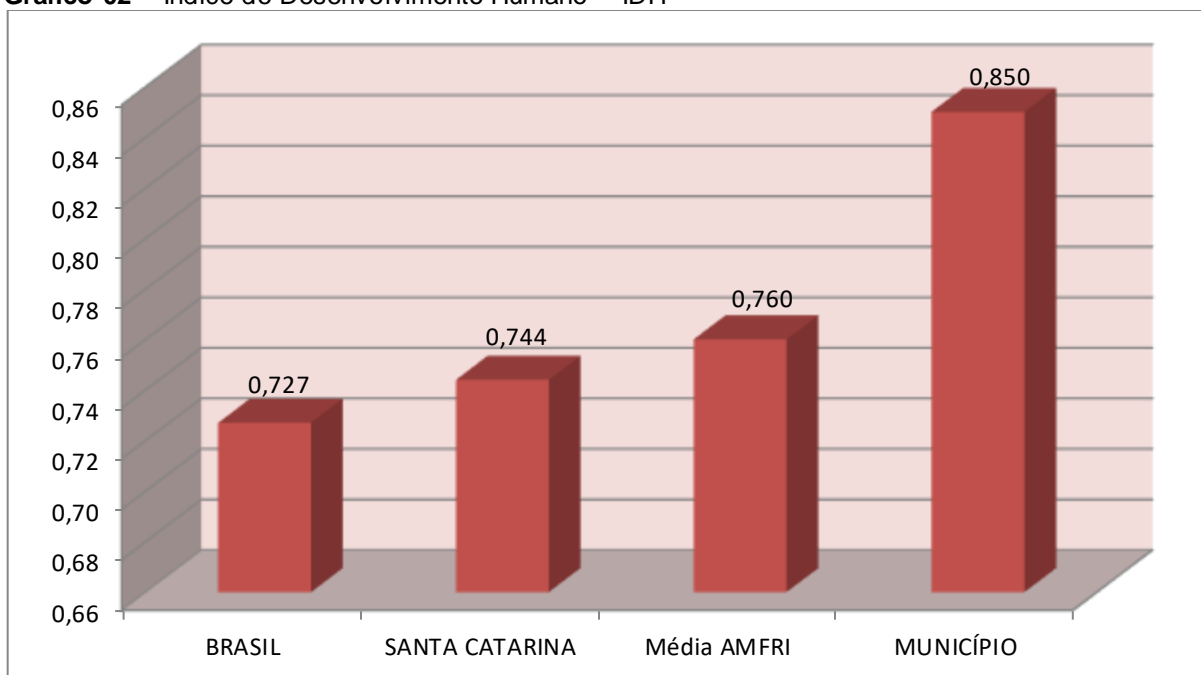
No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2010, o Município de Balneário Camboriú encontra-se na seguinte situação:

¹ IBGE - 2017

² PNUD - 2010

³ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2015

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2010

2.2. Plano Diretor

O Plano Diretor, previsto no artigo 182 da Constituição Federal, foi regulamentado pela Lei Federal n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto das Cidades, cuja obrigatoriedade está definida no artigo 41 e o prazo para revisão consta do § 3º do artigo 40, a saber.

Art. 40. O plano diretor, aprovado por lei municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana.

[...]

§ 3º. A lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos.

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades:

I – com mais de vinte mil habitantes

II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas;

III – onde o Poder Público pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal;

IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico;

V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional.

VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou

hidrológicos correlatos. (Incluído pela Lei nº 12.608, de 2012)

De acordo com os enquadramentos que tornam a elaboração do Plano Diretor obrigatório e respectivo prazo para revisão, conforme disciplinado por meio da Lei Municipal 2686/2006, art. 242 (pelo menos a cada 5 anos), tem-se configurada a seguinte situação:

LEI	DATA	REQUISITOS DE ENQUADRAMENTO (Incisos do art. 41 da Lei Federal nº 10.257/01)	PRAZO PARA REVISÃO
2686/2006	19/12/2006	I, II, IV, V e VI	2011

Fonte: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-balneario-camboriu-sc>

Portanto, O Município possui Plano Diretor, no entanto, não houve a sua revisão nos termos do art. 242 da Lei Municipal nº 2686/2006.

Obs.: Considera-se revisado nos casos de alteração substancial do Plano Diretor, inclusive com a realização de audiências públicas.

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	1.008.518.801,00
PPA	4049/2018	30/05/2017	DESPESAFIXADA	1.008.518.801,00
LDO	4178/2018	30/07/2018		
LOA	4225/2018	15/10/2018		

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Superávit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 81.295.797,29**, correspondendo a **8,10%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Superávit de R\$ 81.295.797,29, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 21.508.141,73 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 102.803.939,02.

Excluindo o resultado orçamentário do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú – BCPREVI e do Fundo de Previdência e Seguridade do Servidor Público do Município de Balneário Camboriú – FUNSERVIRBC, o Município apresentou Déficit de R\$ 30.595.624,65.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 178.695.178,29), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2019

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	883.208.801,00	1.003.043.845,22	113,57
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	1.226.271.995,80	921.748.047,93	75,17
Superávit de Execução Orçamentária		81.295.797,29	
Resultado Orçamentário Consolidado Excluído RPPS (BCPREVI) e FUNSERVIRBC			
	Superávit Consolidado Ajustado	Superávit BCPREVI e do FUNSERVIRBC	Déficit excluído BCPREVI e FUNSERVIRBC
RECEITA	1.003.043.845,22	201.487.746,94	801.556.098,28
DESPESA	921.748.047,93	89.596.325,00	832.151.722,93
Resultado de Execução Orçamentária	81.295.797,29	111.891.421,94	30.595.624,65

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro sem o BCPREVI e FUNSERVIRBC e o resultado da execução orçamentária sem o BCPREVI e FUNSERVIRBC, refere-se ao cancelamento de Restos a Pagar no valor de R\$ 15.208.230,20 (Não Processados R\$ 15.008.610,22 e Processados R\$ 199.619,98), e do lançamento na conta 365010100-Baixa de Créditos a Receber (financeiro) (**Doc. 01**, Anexos da Instrução), no valor de R\$ 19.374,40, referente e a baixa de valores na contabilidade do Fundo Municipal de Saúde.

Obs.: Consideradas as Transferências Concedidas e Recebidas, no tocante à receita no montante de R\$ 201.487.746,94, o valor de R\$ 25.609.442,32 se refere à receita, sem ajuste, do FUNSERVIRBC. No que tange à despesa no montante de R\$ 89.596.325,00, o valor de R\$ 24.247.552,14 se refere a despesa, sem ajuste, do FUNSERVIRBC (consideradas as Transferências Financeiras Concedidas e Recebidas).

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Balneário Camboriú nos últimos 5 anos:

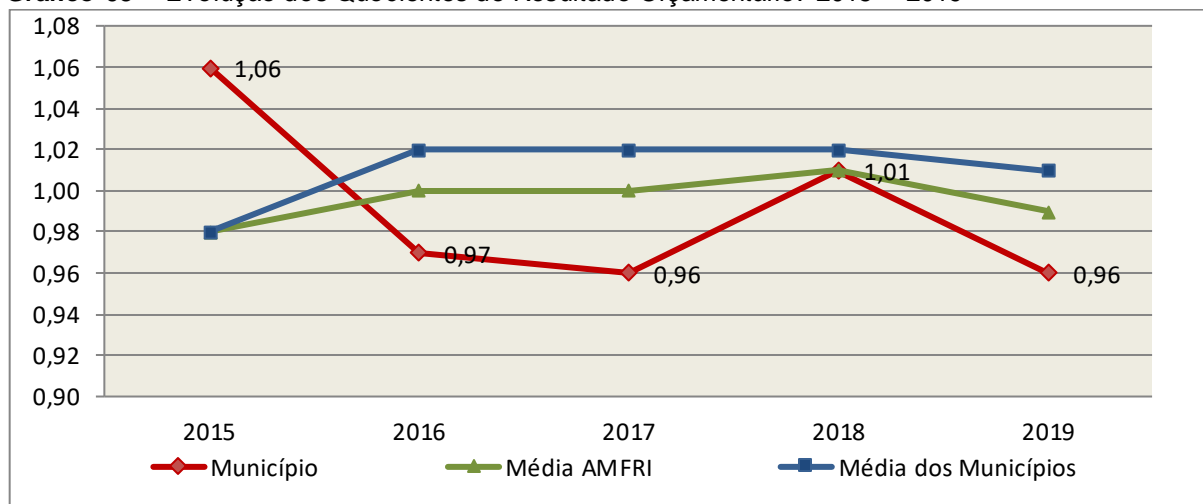
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – Excluído BCPREVI e o FUNSERVIRBC - 2015-2019

ITENS / ANO		2015	2016	2017	2018	2019
1	Receita realizada	552.751.870,92	607.017.755,72	630.230.797,94	729.380.348,44	801.556.098,28
2	Despesa executada	522.509.072,43	625.981.099,21	654.280.404,39	725.008.914,19	832.151.722,93
QUOCIENTE		2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Orçamentário (1÷2)		1,06	0,97	0,96	1,01	0,96

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 1.003.043.845,22**, equivalendo a **113,57%** da receita orçada.

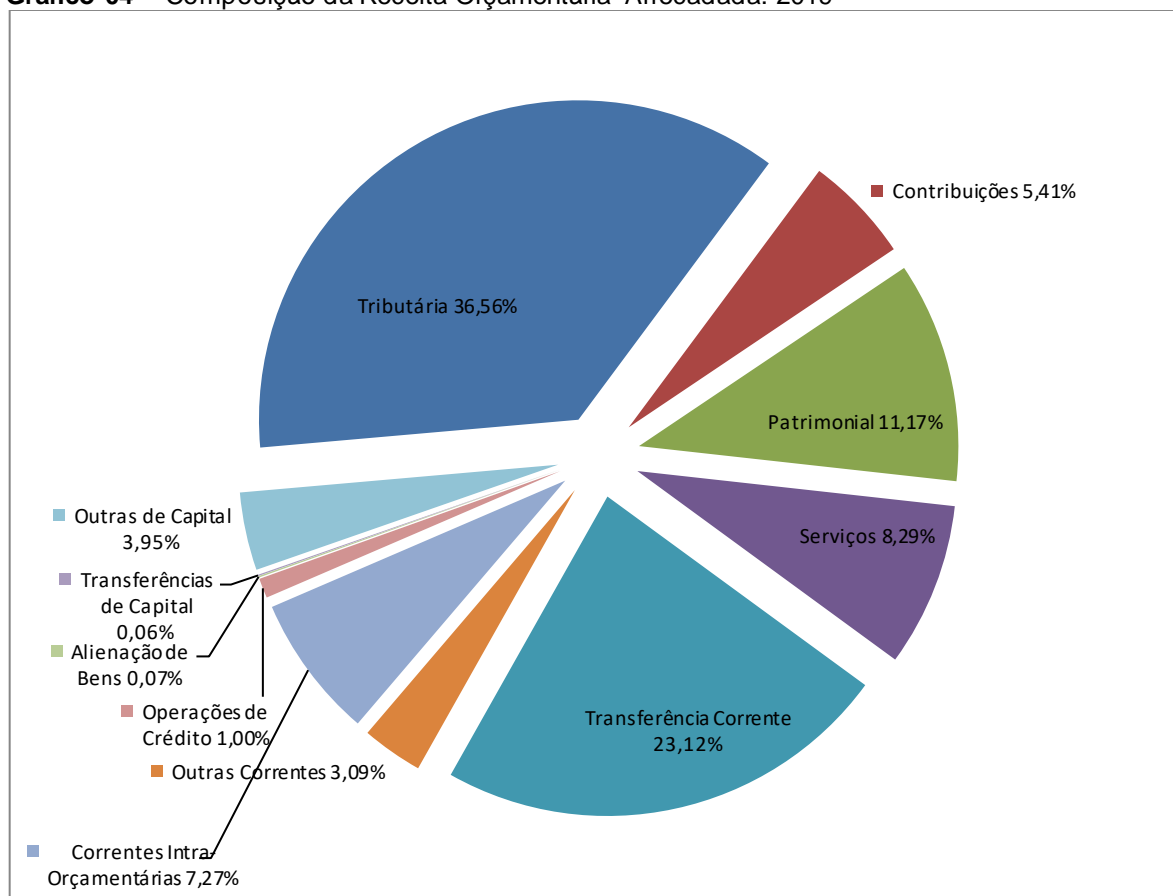
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2019

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADADAÇÃO	% ARRECADADO
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	314.119.500,00	366.695.211,52	116,74
Receita de Contribuições	52.126.500,00	54.300.059,64	104,17
Receita Patrimonial	73.765.501,00	112.071.251,76	151,93
Receita de Serviços	60.902.600,00	83.194.893,00	136,60
Transferências Correntes	220.922.940,00	231.858.413,17	104,95
Outras Receitas Correntes	34.186.600,00	30.958.509,15	90,56
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	73.737.160,00	72.968.665,18	98,96
RECEITA CORRENTE	829.760.801,00	952.047.003,42	114,74
Operações de Crédito	107.720.000,00	10.027.343,85	9,31
Alienação de Bens	755.000,00	742.709,47	98,37
Transferências de Capital	7.628.000,00	633.772,41	8,31
Outras Receitas de Capital	-62.655.000,00	39.593.016,07	-63,19
RECEITA DE CAPITAL	178.758.000,00	50.996.841,80	28,53
TOTAL DA RECEITA	883.208.801,00	1.003.043.845,22	113,57

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 04 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2019

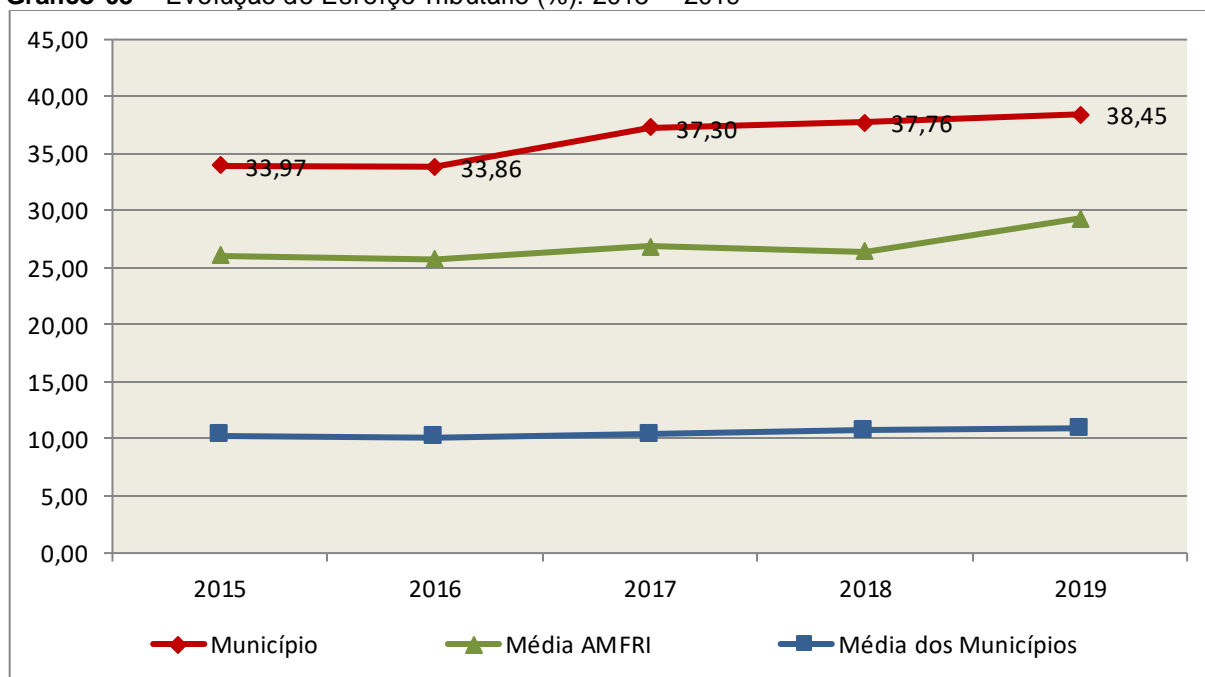


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **23,12%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 05 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2015 – 2019

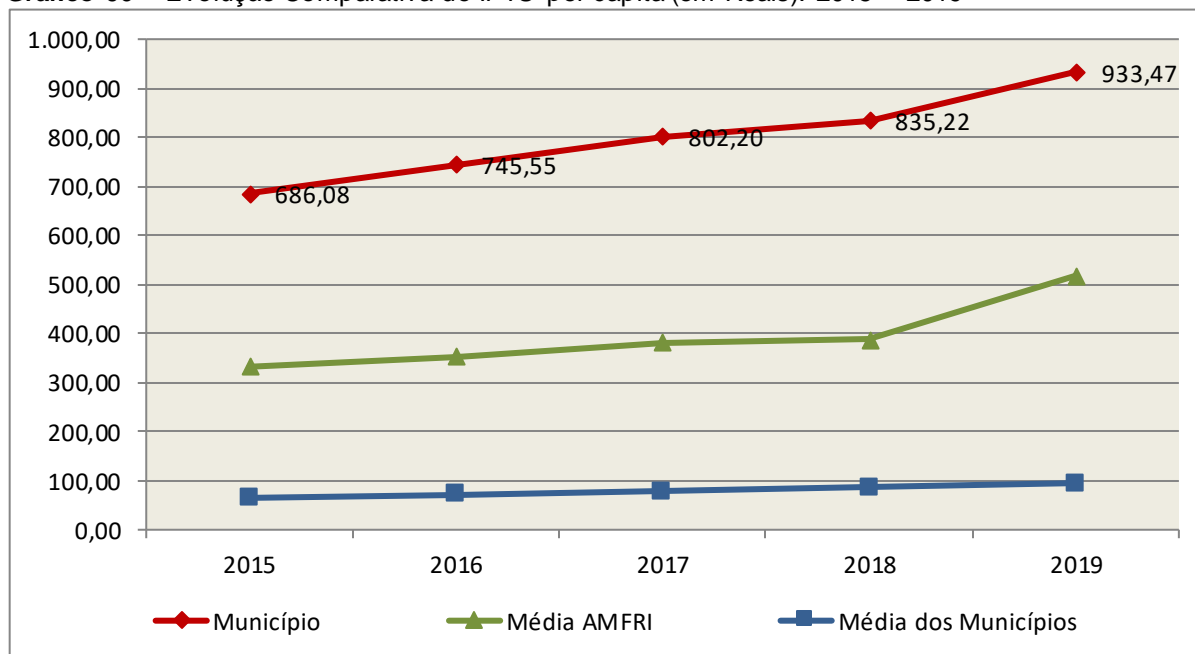


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 06 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

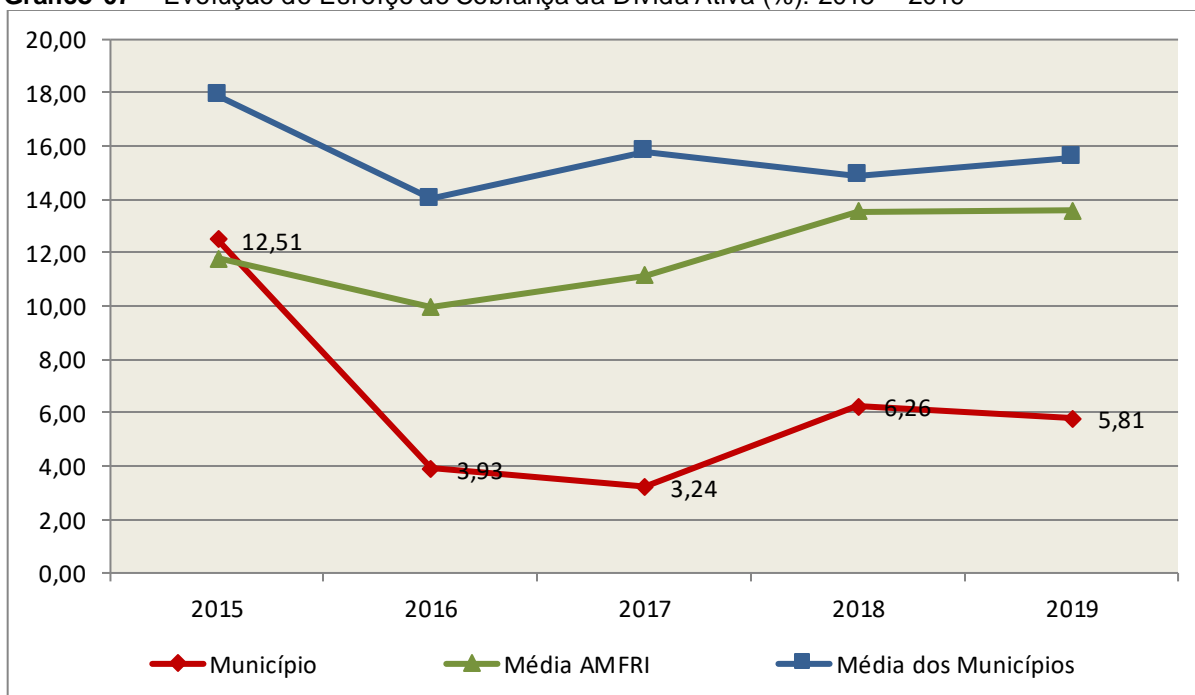
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2019

Saldo Anterior	Inscrição/Transferências / Atualização	Recebimento	Transferências/ Outras Baixas	Saldo Final
583.403.454,01	207.910.129,59	33.884.360,22	88.405.883,92	669.023.339,46

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 07 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2019

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	22.000.000,00	20.270.310,42	92,14
02-Judiciária	69.302.790,95	30.285.046,85	43,70
04-Administração	96.243.878,92	82.324.666,17	85,54
06-Segurança Pública	75.196.995,19	55.459.282,99	73,75
07-Relações Exteriores	1.000,00	-	-
08-Assistência Social	29.183.172,39	24.889.751,66	85,29
09-Previdência Social	61.210.000,00	60.776.745,25	99,29
10-Saúde	233.890.801,22	220.006.290,98	94,06
11-Trabalho	13.029.000,00	13.027.351,12	99,99
12-Educação	213.513.454,06	205.220.914,63	96,12
13-Cultura	3.037.088,00	2.892.688,48	95,25
14-Direitos da Cidadania	1.713.880,00	1.455.680,49	84,93
15-Urbanismo	194.531.490,25	96.943.938,55	49,83
16-Habituação	2.343.416,85	132.674,15	5,66
17-Saneamento	90.978.720,00	61.417.258,38	67,51

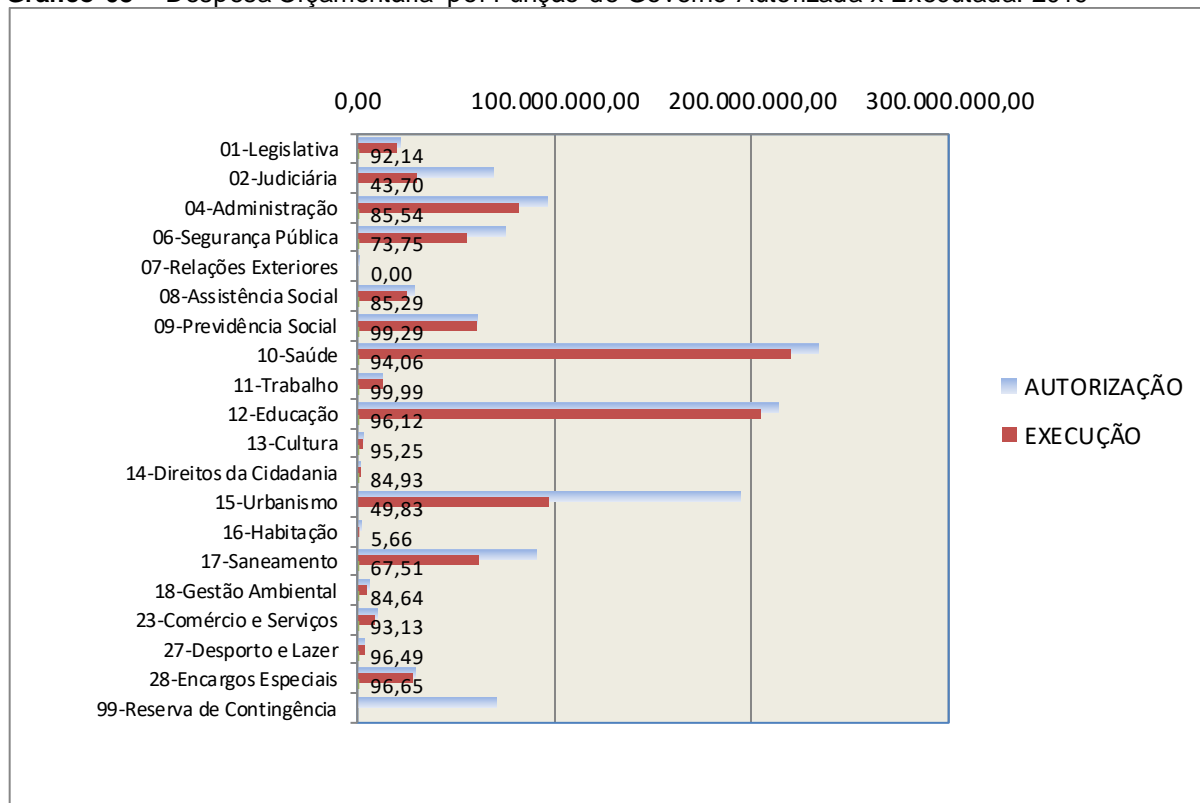
DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
18-Gestão Ambiental	6.169.630,63	5.221.884,07	84,64
23-Comércio e Serviços	10.153.055,95	9.455.969,97	93,13
27-Desporto e Lazer	3.535.812,00	3.411.746,85	96,49
28-Encargos Especiais	29.544.809,39	28.555.846,92	96,65
99-Reserva de Contingência	70.693.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	1.226.271.995,80	921.748.047,93	75,17

Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 08 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2019



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2015 – 2019

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2015	2016	2017	2018	2019
01-Legislativa	12.846.080,41	14.646.556,28	14.973.297,63	19.572.363,02	20.270.310,42
02-Judiciária	15.471.751,00	26.637.724,10	41.067.832,79	40.486.518,08	30.285.046,85
04-Administração	56.541.427,38	59.834.234,80	62.095.724,50	76.295.077,87	82.324.666,17
06-Segurança Pública	22.758.526,35	35.534.909,74	31.355.098,65	53.255.273,51	55.459.282,99
08-Assistência Social	13.679.567,12	16.855.915,07	18.950.093,96	22.357.644,38	24.889.751,66
09-Previdência Social	25.015.415,98	33.677.993,19	42.978.755,28	50.457.848,73	60.776.745,25
10-Saúde	124.078.029,95	151.905.044,83	168.846.872,29	185.317.104,00	220.006.290,98
11-Trabalho	7.008.632,00	8.700.000,00	10.899.520,00	10.622.466,09	13.027.351,12
12-Educação	137.977.194,22	152.431.111,90	170.628.546,00	191.628.621,76	205.220.914,63
13-Cultura	3.624.958,18	5.412.365,36	2.584.724,54	2.776.746,36	2.892.688,48
14-Direitos da Cidadania	1.138.010,25	1.239.858,95	1.374.097,86	1.117.471,28	1.455.680,49
15-Urbanismo	49.251.550,44	69.308.824,20	39.488.867,03	48.825.939,72	96.943.938,55
16-Habitação	17.300,40	156.319,08	371.476,81	234.369,61	132.674,15
17-Saneamento	55.366.322,18	68.691.239,09	78.329.248,59	59.320.047,24	61.417.258,38
18-Gestão Ambiental	2.292.882,60	3.333.056,64	3.948.527,32	4.132.466,40	5.221.884,07
23-Comércio e Serviços	6.725.778,02	7.465.974,43	7.292.376,70	8.411.558,26	9.455.969,97
27-Desporto e Lazer	6.873.829,16	7.763.000,48	7.512.977,88	2.886.237,56	3.411.746,85
28-Encargos Especiais	20.323.800,43	12.882.933,45	15.015.576,46	22.347.048,63	28.555.846,92
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	560.991.056,07	676.477.061,59	717.713.614,29	800.044.802,50	921.748.047,93

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2019

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	132.827.461,97	27,86
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	63.858.461,76	13,39
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	37.002.899,14	7,76
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	83.617.006,77	17,54
Cota-Parte do ICMS	55.227.291,34	11,58
Cota-Parte do IPVA	28.254.000,04	5,93

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	718.873,62	0,15
Cota-Parte do FPM	44.489.006,83	9,33
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	1.890.844,36	0,40
Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	1.963.382,16	0,41
Cota-Parte do ITR	267,31	0,00
Receita de Dívida Ativa Proveniente de Impostos	23.353.508,99	4,90
Receita de Multas e Juros provenientes de impostos, inclusive da dívida ativa decorrente de impostos	3.634.713,56	0,76
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Educação)	476.837.717,85	100,00
(-) Cota-Parte do FPM (1%, entregue no mês de julho) - art. 159, I, alínea “e” da C.F. e Emenda Constitucional nº 84, de 2014	1.890.844,36	
(-) Cota-Parte do FPM(1%, entregue no mês de dezembro) - art. 159, I, alínea “d” da C.F.	1.963.382,16	
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS (Base de cálculo para a Saúde)	472.983.491,33	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2019

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	904.816.223,51
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	25.737.885,27
(-) Compensação entre Regimes de Previdência	958.264,20
(-) Contribuição dos Servidores ao Regime Próprio de Previdência e/ou Assistência	23.075.904,50
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	855.044.169,54

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O valor das transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais e de bancada serão excluídos do cálculo da Receita

Corrente Líquida para fins de aplicação dos limites de despesas com pessoal (Item 5.3, deste Relatório), conforme determinam os parágrafos 13 e 16 do artigo 166 da Constituição Federal.

TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	855.044.169,54
(-) Transferências correntes obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166 da CF, §13)*	500.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO	854.544.169,54
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (para fins de verificação do limite do gasto de pessoal – Item 5.3 deste Relatório)	854.544.169,54

*Fonte: Anexo 10 – Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada, conta 17180811, fl. 133, dos autos.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Balneário Camboriú (em Reais): 2019

ATIVO	2018	2019	PASSIVO	2018	2019
ATIVO CIRCULANTE	784.276.159,20	902.234.285,59	PASSIVO CIRCULANTE	85.449.267,98	178.825.170,10
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	270.576.863,08	270.234.254,22	Obrigações Trabalhistas, Pre Curto Prazo	27.654.690,68	41.180.937,69
<u>Créditos a Curto Prazo</u>	44.182.011,04	38.028.332,70	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	1.450.000,00	2.665.684,79
Créditos Tributários a Receber	10.648.567,07	-	Fornecedores e Contas a Paç	52.227.164,38	126.748.095,26
Clientes	13.310.810,36	17.293.296,19	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	70.882,29	70.882,29
Dívida Ativa Tributária	18.000.000,00	20.326.300,00	Demais Obrigações a Curto Prazo	3.500.257,59	8.159.570,07
Dívida Ativa Não Tributária	2.222.633,61	408.736,51			
<u>Demais Créditos e Valores a Curto Prazo</u>	39.083.950,98	47.134.943,02			
<u>Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo</u>	430.252.053,63	546.633.512,49			
Títulos e valores mobiliários	4.810,00	4.810,00			
Investimento do RPPS	430.247.243,63	546.628.702,49			
<u>Estoques</u>	181.280,47	203.243,16			

ATIVO	2018	2019	PASSIVO	2018	2019
ATIVO NÃO CIRCULANTE	962.746.893,19	1.094.083.663,03	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	487.948.912,88	520.554.188,30
<u>Ativo Realizável a Longo Prazo</u>	241.419.405,88	305.689.225,91	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	12.948.191,04	21.256.685,81
Créditos a Longo Prazo	232.658.045,78	299.266.798,96	Fornecedores a Longo Prazo	50.764.153,60	25.382.076,80
Dívida Ativa Tributária	310.915.214,06	358.136.907,18	Provisões a Longo Prazo	421.146.707,79	465.952.385,01
Dívida Ativa Não Tributária	252.265.606,34	290.151.395,77	Provisões Matemáticas Previdenciárias	421.146.707,79	465.952.385,01
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	-330.522.774,62	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	3.069.032,23	7.963.040,68
Demais Créditos e Valores à Longo Prazo	8.761.360,10	6.422.426,95	Resultado Diferido	20.828,22	-
<u>Imobilizado</u>	716.005.729,31	782.007.905,12	TOTAL DO PASSIVO	573.398.180,86	699.379.358,40
Bens Móveis	80.801.436,27	86.936.480,25	PATRIMÔNIO LIQUIDO	1.173.624.871,53	1.296.938.590,22
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas - Bens Móveis)	16.494.563,59	-24.512.767,79	Patrimônio Social e Capital Social	7.270.104,18	7.270.104,18
Bens Imóveis	655.047.153,34	723.693.432,80	Resultados Acumulados	1.166.354.767,35	1.289.668.486,04
(-) Depreciação, exaustão e amortizações acumuladas Imóveis	-3.348.296,71	-4.109.240,14	Resultado do Exercício	350.784.476,82	123.220.145,97
<u>Intangível</u>	5.321.758,00	6.386.532,00	Resultado de Exercícios Anteriores	857.152.837,52	1.166.351.606,35
			Ajustes de exercícios anteriores	-41.582.546,99	96.733,72
TOTAL	1.747.023.052,39	1.996.317.948,62	TOTAL	1.747.023.052,39	1.996.317.948,62

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 163.288.409,44** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,35** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ 15.406.768,85** passando de um Superávit de R\$ 178.695.178,29 para um Superávit de **R\$ 163.288.409,44**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 109.742.855,54**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2018 - 2019

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Varição
Ativo Financeiro	701.254.604,36	817.664.373,76	116.409.769,40
Passivo Financeiro	70.498.695,54	90.406.644,35	19.907.948,81
Saldo Patrimonial Financeiro	630.755.908,82	727.257.729,41	96.501.820,59
Ativo Financeiro do BCPREVI e do FUNSERVIRBC	452.840.986,48	565.233.572,65	112.392.586,17
Passivo Financeiro do BCPREVI e do FUNSERVIRBC	780.255,95	1.264.252,68	483.996,73
Saldo Patrimonial Financeiro sem o BCPREVI e o FUNSERVIRBC	178.695.178,29	163.288.409,44	-15.406.768,85

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: No tocante ao Ativo Financeiro no montante de R\$ 565.233.572,65, o valor de R\$ 18.559.180,10 se refere ao Ativo, sem ajuste, do FUNSERVIRBC. No que tange ao Passivo Financeiro no montante de R\$ 1.264.252,68, o valor de R\$ 230.038,83 se refere ao Passivo, sem ajuste, do FUNSERVIRBC.

4.2.1. Análise do resultado financeiro por especificação de fontes de recursos

A situação financeira analisada neste item tem como objetivo demonstrar o confronto entre os recursos financeiros e as respectivas obrigações financeiras, segregadas por vínculo de recurso.

Referida análise atende ao que determina o artigo 8º, 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, ou seja, vincular os recursos a sua disponibilidade específica.

Para o cálculo utilizou-se os seguintes critérios:

a) FR – Fonte de Recursos: refere-se à discriminação das especificações das fontes de recursos, conforme tabela de destinação de receita deste Tribunal de Contas;

b) Disponibilidade de Caixa Bruta: constitui-se dos saldos recursos financeiros (caixa, bancos, aplicações financeiras e outras disponibilidades

financeiras) em 31/12/2019, segregados por especificações de fontes de recursos;

c) Obrigações financeiras: representa os valores, igualmente por disponibilidade de fontes de recursos, dos depósitos de terceiros e resultantes de consignações, cauções, outros depósitos de diversas origens e dos restos a pagar, sendo que, este último refere-se às despesas empenhadas, liquidadas ou não, e que estão pendentes de pagamento.

Ressalta-se, todavia, que em razão da análise técnica decorrente de auditorias, levantamentos, ofícios circulares encaminhados aos jurisdicionados, entre outros instrumentos de verificações, poderá haver ajustes na disponibilidade de caixa e nas obrigações financeiras apresentadas pelo ente.

d) Disponibilidade de Caixa Líquida/resultado financeiro: evidencia o resultado financeiro por especificações de fontes de recursos, apurado entre o confronto dos recursos financeiros e as obrigações financeiras, levando-se em consideração os possíveis ajustes.

No tocante à Câmara Municipal, ao Fundo Reequip. Corpo de Bombeiros (FUNREBOM), ao Samae - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, às Autarquias e às Empresas Públicas, suas disponibilidades de caixa serão consideradas como recursos vinculados, mesmo que registradas contabilmente com especificação de Fonte de Recursos 00 - recursos ordinários. O mesmo procedimento será adotado com relação às obrigações financeiras.

A seguir, expõe-se resumo da situação constatada do Município de Balneário Camboriú, sendo que no Apêndice, deste Relatório, encontra-se o cálculo de forma detalhada.

Quadro 11- A – Demonstrativo do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

FORTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
RECURSOS VINCULADOS		
00 - Recursos Ordinários	1.504.397,48	SUPERAVIT
01- Receitas e Transferências de Impostos - Educação	13.264,29	SUPERAVIT
02 - Receitas e Transferências de Impostos - Saúde	976.672,37	SUPERAVIT
03 - Contribuição para Fundo Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
04 - Contribuição para Fundo Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS (patronal, servidores e compensação financeira)	0,00	SUPERAVIT
05 - Aporte para Cobertura de Déficit Atuarial ao RPPS	0,00	SUPERAVIT
06 - Recursos Diretamente Arrecadados pela Administração Indireta e Fundos	27.282.499,09	SUPERAVIT
07 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	24.252,19	SUPERAVIT
08 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	2.129.762,36	SUPERAVIT
09 - FIA Imposto de Renda	135.588,13	SUPERAVIT
10 - Convênio de Trânsito - Militar	82.091,12	SUPERAVIT
11 - Convênio de Trânsito - Civil	1.551.002,63	SUPERAVIT
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	3.766.414,46	SUPERAVIT

FONTE DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	Superávit / Déficit
18 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério da Educação Básica em efetivo exercício) - R\$ 1.045.544,14	1.045.544,14	SUPERAVIT
19 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica) - R\$ 0,00		
31 - Transferências de Convênios – União/Assistência Social	181.776,37	SUPERAVIT
32 - Transferências de Convênios – União/Educação	0,00	SUPERAVIT
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	1.125.599,40	SUPERAVIT
34 - Transferências de Convênios – União/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-413.001,58	DÉFICIT
35 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	551.385,48	SUPERAVIT
36 - Salário-Educação	438.812,03	SUPERAVIT
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	134.073,93	SUPERAVIT
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	8.865.114,95	SUPERAVIT
39 - Fundo Especial do Petróleo e Transferências Decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	153.220,57	SUPERAVIT
40 - Royalties de Petróleo – Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
41 - Royalties de Petróleo – Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	SUPERAVIT
42 - Outras Transferências Legais e Constitucionais – União	0,00	SUPERAVIT
50 – Cessão Onerosa – pré-sal	2.326.270,23	SUPERAVIT
61 - Transferências de Convênios – Estado/Assistência Social	0,00	SUPERAVIT
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	0,43	SUPERAVIT
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	83.264,18	SUPERAVIT
64 - Transferências de Convênios – Estado/Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	35.436,84	SUPERAVIT
65 - Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado	250.632,17	SUPERAVIT
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	57.078,33	SUPERAVIT
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2.481.745,55	SUPERAVIT
68 - Outras Transferências Legais e Constitucionais - Estado	0,00	SUPERAVIT
75 – Taxa Administração - RPPS	0,00	SUPERAVIT
80 - Outras Especificações	0,00	SUPERAVIT
81 - Operações de Crédito Internas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
82 - Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
83 - Operações de Crédito Internas - Outros Programas	-2.728.180,16	DÉFICIT
84 - Operações de Crédito Externas para Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
85 - Operações de Crédito Externas para Programas de Saúde	0,00	SUPERAVIT
86 - Operações de Crédito Externas - Outros Programas	0,00	SUPERAVIT
87 - Alienações de Bens destinados a Programas da Educação Básica	0,00	SUPERAVIT
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	24.097,12	SUPERAVIT
89 - Alienações de Bens destinados a Outros Programas	422.900,67	SUPERAVIT
93 - Outras Receitas Não-Primárias	0,00	SUPERAVIT
95 - Antecipação de Depósitos Judiciais	0,00	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS VINCULADOS	52.501.714,77	
00 - Recursos Ordinários	110.786.694,67	SUPERAVIT
TOTAL RECURSOS NÃO VINCULADOS	110.786.694,67	

Fonte: e-Sfinge

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2015 – 2019

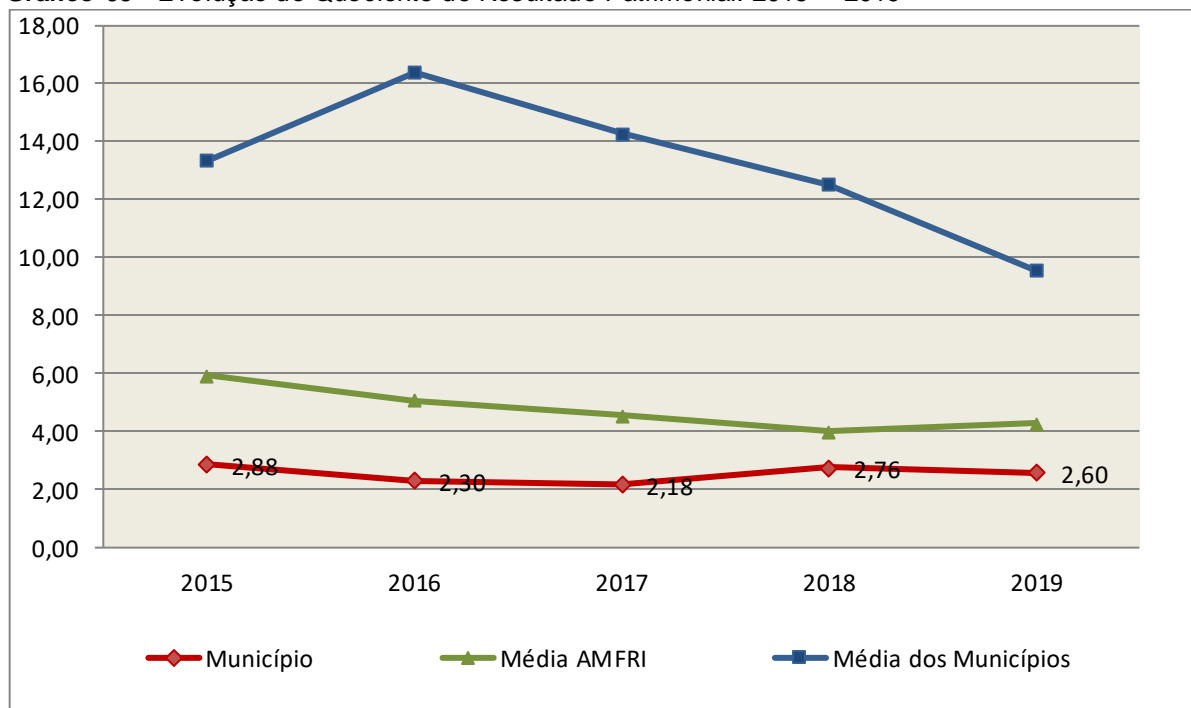
ITENS / ANO	2015	2016	2017	2018	2019
1 Despesa Executada	560.991.056,07	676.477.061,59	717.713.614,29	800.044.802,50	921.748.047,93
2 Restos a Pagar	63.279.162,35	52.539.042,49	66.547.416,08	67.167.152,60	83.557.241,73
3 Ativo Financeiro – Excluído o BCPREVI e o FUNSERVIRBC	250.542.856,69	232.549.500,81	231.299.710,97	248.413.617,88	252.430.801,11
4 Passivo Financeiro – Excluído o BCPREVI e o FUNSERVIRBC	64.849.110,55	56.393.754,73	68.637.882,76	69.718.439,59	89.142.391,67
5 Ativo Real	1.156.537.155,55	1.309.886.658,81	1.491.005.257,57	1.747.023.052,39	1.996.317.948,62
6 Passivo Real	401.391.681,98	569.080.975,84	683.502.098,50	633.725.451,21	768.716.227,13
QUOCIENTES	2015	2016	2017	2018	2019
Resultado Patrimonial (5÷6)	2,88	2,30	2,18	2,76	2,60
Situação Financeira (3÷4)	3,86	4,12	3,37	3,56	2,83
Restos a Pagar (2÷1)*100	11,28	7,77	9,27	8,40	9,07

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 09 –Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2015 – 2019



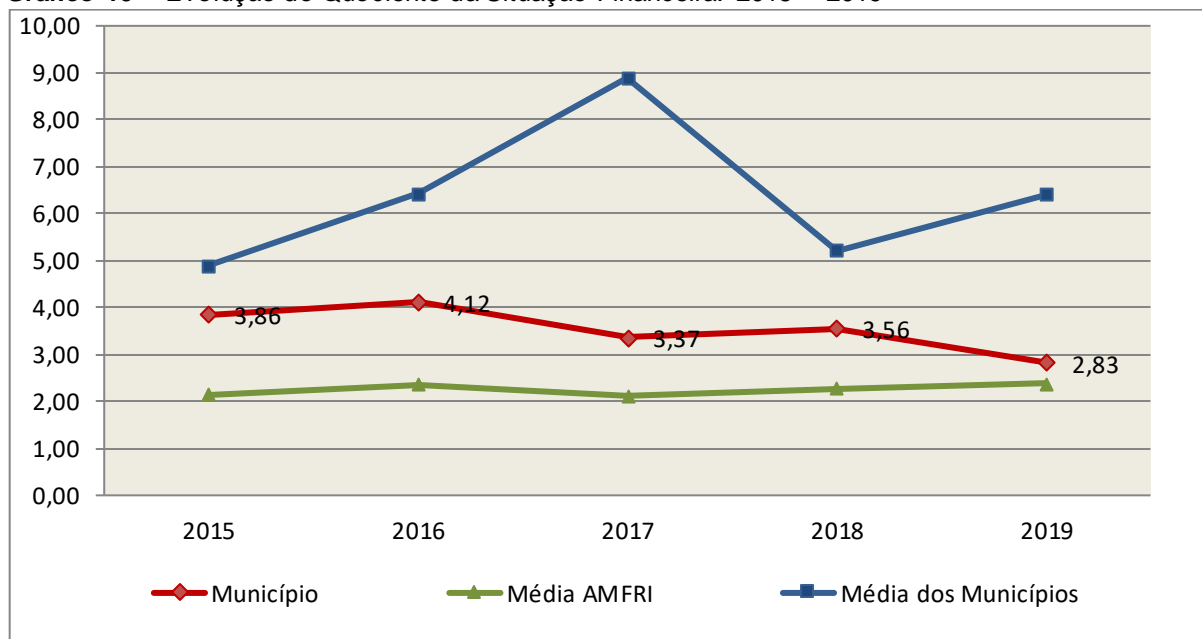
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2019 o Ativo Real apresenta-se **2,60** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

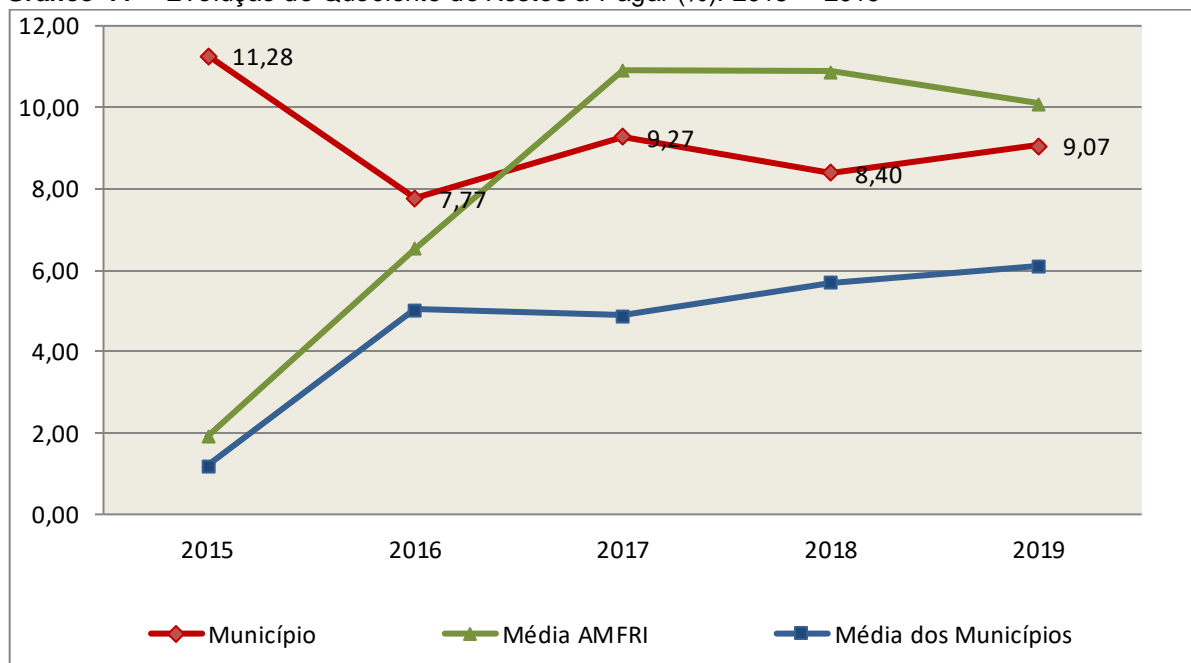
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2019 o Ativo Financeiro representa **2,83** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Balneário Camboriú demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 11 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **9,07%** da despesa orçamentária do exercício.

4.4. Situação Atuarial do Regime Próprio de Previdência⁴

O Regime Próprio de Previdência de Balneário Camboriú, gerido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Camboriú- BCPREVI, constituído sob a forma de AUTARQUIA, apresentou o Relatório de Avaliação Atuarial – RAA para o exercício de 2019, com data-base em 31/12/2018, com os seguintes resultados:

BALNEÁRIO CAMBORIÚ	2019
Nº Servidores ativos	3.386
Nº Beneficiários (Inativos e pensionistas)	835
TOTAL	4.221
Resultados	Consolidado

⁴ Elaborado pela DGE/COCG II

Patrimônio Atual	435.477.383,77
(+) Receitas Futuras Projetadas	1.440.192.597,01
(-) Benefícios Futuros Projetados	1.906.144.982,03
Resultado Atuarial	(30.475.001,25)

De forma comparativa aos exercícios anteriores, têm-se os seguintes resultados:

Resultados	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2018
Patrimônio Atual	311.622.491,10	371.808.396,53	435.477.383,77
(+) Receitas Futuras Projetadas	950.509.126,46	1.220.443.105,90	1.440.192.597,01
(-) Benefícios Futuros Projetados	1.507.151.574,12	1.641.589.813,70	1.906.144.982,03
Resultado Atuarial	(245.019.956,56)	(49.338.311,27)	(30.475.001,25)

Segundo dados apresentados no relatório do atuário Sr. Guilherme Walter (MIBA nº 2.091), constata-se que a situação do Regime Próprio de Previdência dos Servidores de Balneário Camboriú é de **desequilíbrio** no último exercício, mesmo considerando que o Plano de Amortização do Passivo Atuarial impacta positivamente em R\$ 489.574.085,09.

Assim, mesmo considerando o Plano de Amortização vigente, observou-se um déficit atuarial no Relatório de Avaliação Atuarial de 2019, com data base em 31/12/2018, no valor de **R\$ 30.475.001,25**, o que indica que em 2019 as obrigações futuras do RPPS estavam descobertas pelo rol de ativos financeiros e recebíveis no montante indicado.

Por estas razões, deve o gestor do Município de Balneário Camboriú manifestar-se acerca de quais medidas foram adotadas no exercício de 2019 no intuito de sanar, ou ao menos combater o déficit atuarial encontrado, sempre na busca do reequilíbrio atuarial de seu regime próprio de previdência, conduta que lhe é exigível ante ao ordenamento pátrio.

Considerando a situação supracitada, foi enviado à Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú o Ofício TCE/DMU nº 5.218/2020, para que o Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestasse acerca das medidas adotadas durante o exercício sob análise com vistas à busca do reequilíbrio atuarial de seu Regime Próprio de Previdência.

Em manifestação encaminhada a este Tribunal em 03/06/2020, através do protocolo nº 16.190/2020, o Chefe do Poder Executivo informou a

alteração do plano de amortização do passivo atuarial (Decreto nº 9.460/2020), além de outras medidas mais que influenciam positivamente na situação financeira e atuarial do RPPS.

Por alterar a legislação municipal que discorre acerca do plano de custeio do regime previdenciário municipal, absorvendo o novo déficit apresentado, entende-se que a Prefeitura do Município de Balneário Camboriú adotou as medidas necessárias na intenção de reequilibrar o seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2019 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 153.007.604,83** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **32,35%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 82.060.081,13**, representando **17,35%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2019

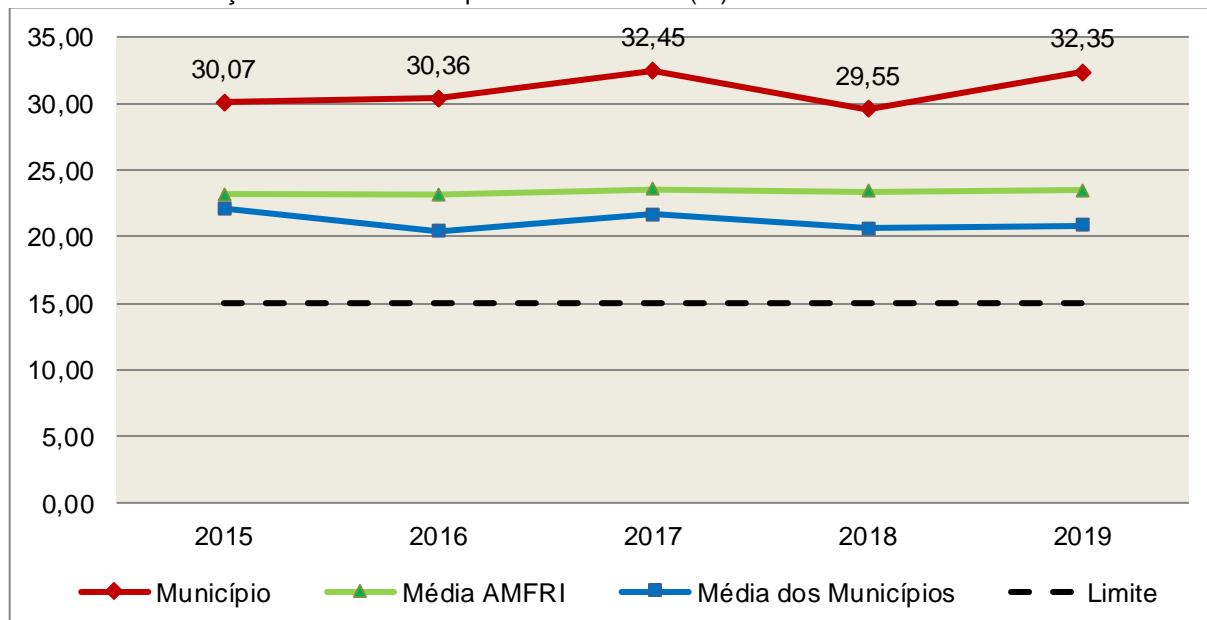
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	472.983.491,33	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	190.601.587,53	40,30
Atenção Básica	58.041.723,79	12,27
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	124.889.548,37	26,40
Vigilância Sanitária	710.317,68	0,15
Vigilância Epidemiológica	6.959.997,69	1,47
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	37.593.982,70	7,95
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	153.007.604,83	32,35
Valor Mínimo a ser Aplicado	70.947.523,70	15,00
Valor Acima do Limite	82.060.081,13	17,35

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 12 –Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Balneário Camboriú em 2019 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2019) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 142.139.784,57** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **29,81%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 22.930.355,11**, representando **4,81%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2019

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	476.837.717,85	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	105.190.727,41	22,06
Educação Infantil	105.190.727,41	22,06
Valor Aplicado Ensino Fundamental	95.472.825,71	20,02
Ensino Fundamental	89.028.476,53	18,67
Educação Especial *	6.444.349,18	1,35
(-) Total das Deduções consideradas para fins de apuração do Limite Constitucional*	58.523.768,55	12,27
Total das Despesas para efeito de Cálculo	142.139.784,57	29,81
Valor Mínimo a ser Aplicado	119.209.429,46	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	22.930.355,11	4,81

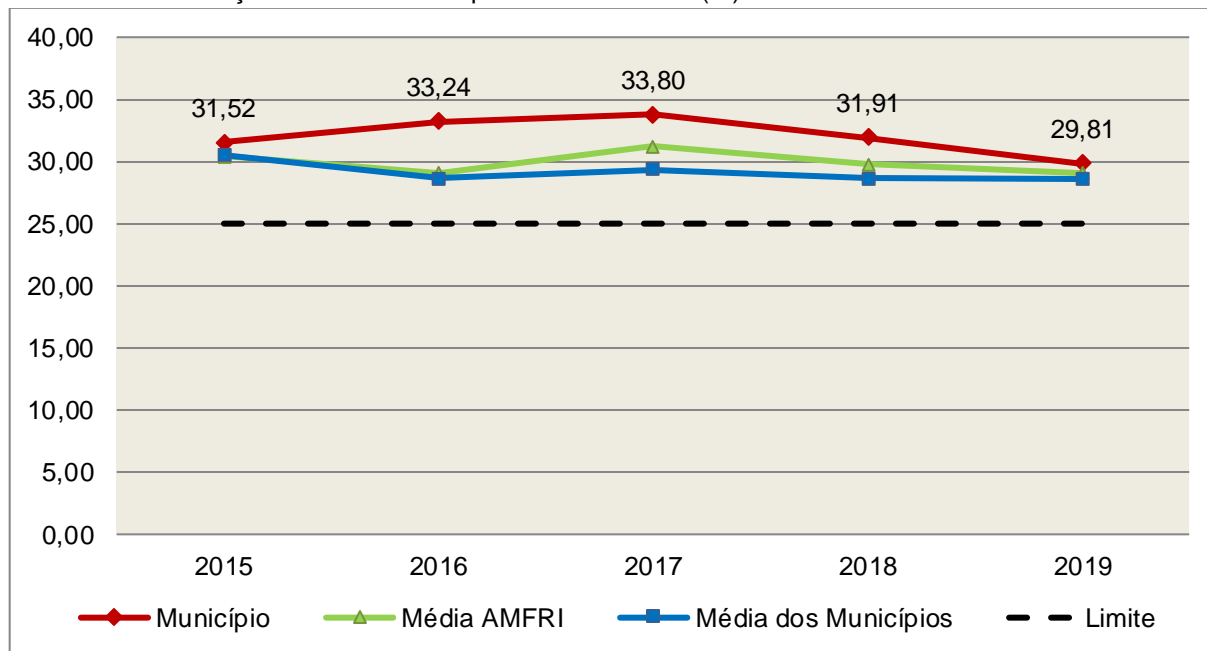
Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

* Obs.: Embora este Tribunal de Contas somente considere os gastos com Educação Especial para fins de verificação de cumprimento do limite de 25% do ensino, quando há a comprovação de que os alunos atendidos estão matriculados na rede regular de ensino, no Município de Balneário Camboriú, em razão de informações resultantes de Auditorias realizadas, bem como da instrução processual de exercícios anteriores, entende-se que os gastos realizados na Função/Subfunção 12367 devem ser considerados para fins de apuração do limite de 25% da educação e de aplicação dos recursos do FUNDEB quando custeados com essa FR. Registre-se que o total geral da Subfunção 367 foi de (R\$ 6.444.349,18) somado ao montante do Ensino Fundamental.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Balneário Camboriú em 2019 reduziu seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 69.715.169,93**, equivalendo a **98,51%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2019

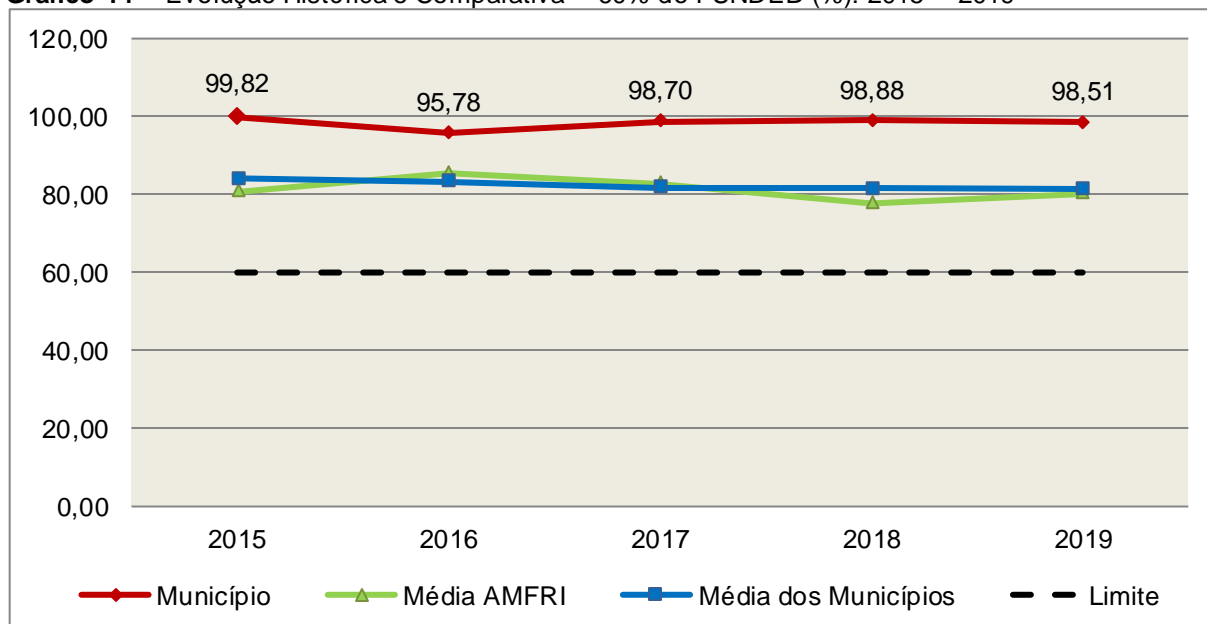
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	70.720.831,21
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	51.229,86
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	70.772.061,07
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	42.463.236,64
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB (*)	69.715.169,93
Valor Acima do Limite	27.251.933,29

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 69.715.169,93**, equivalendo a **98,51%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2019

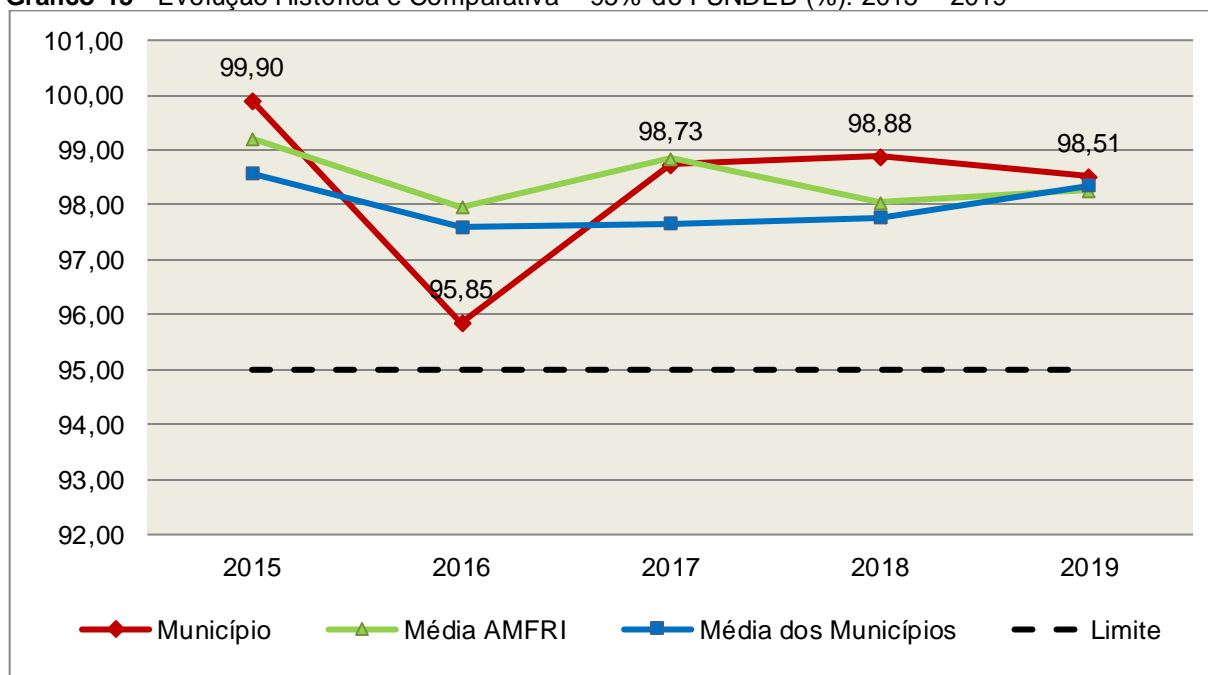
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	70.772.061,07
95% dos Recursos do FUNDEB	67.233.458,02
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	69.715.169,93
Valor Acima do Limite	2.481.711,91

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Informações Complementares deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 15 –Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Balneário Camboriú reduziu sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município utilizou, no 1º trimestre mediante a abertura de crédito adicional (**Doc. 02**, Anexos da Instrução), integralmente o saldo anterior dos recursos do FUNDEB, no valor de **R\$ 746.724,73 (Doc. 03**, Anexos da Instrução), **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2019: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2019	1.532.104,83
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	486.560,69
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	1.045.544,14

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2019

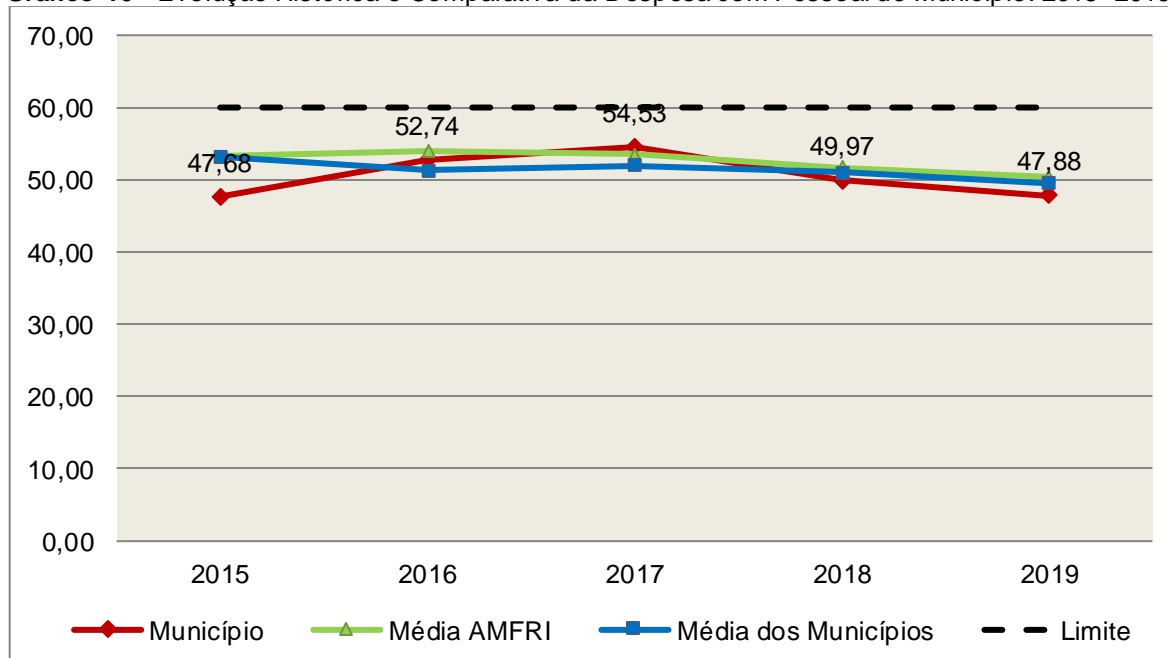
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	854.544.169,54	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	512.726.501,72	60,00
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	394.748.413,31	46,19
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	14.398.375,46	1,68
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	409.146.788,77	47,88
Valor Abaixo do Limite (60%)	103.579.712,95	12,12

Fonte: Sistema e-Sfinge/Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **47,88%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 16 –Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2015–2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra a redução dos gastos com pessoal do Município de Balneário Camboriú, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2019

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	854.544.169,54	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	461.453.851,55	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	465.744.398,77	54,50
Pessoal e Encargos(despesa liquidada)*	465.725.405,80	54,50
Pessoal e encargos Inscritos em Restos a Pagar não Processados*** (com as deduções)	18.992,97	-
Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo****	70.995.985,46	8,31
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	394.748.413,31	46,19
Valor Abaixo do Limite (54%)	66.705.438,24	7,81

Fonte:*Sistema e-Sfinge/⁵Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

** Não foram consideradas as despesas de pessoal classificadas no elemento/subelemento 11.07 (abono de permanência)⁶ 08.01 (auxílio funeral), 08.03 (auxílio natalidade), 08.04 (auxílio creche), 08.55 (auxílio creche)⁷.

*** Composição dos RPNP dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

****Deduções dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

Observação: Face à edição da Portaria STN nº 233, de 15/04/2019 (DOU nº 73, de 16/04/2019, Seção 1), a despesa com pessoal apurada pelo Corpo Técnico nesta instrução, para fins de apuração do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, não recebeu ajustes resultantes de inclusão das despesas com pessoal das organizações da sociedade civil que atuam na atividade fim do Estado/Município e que recebam recursos financeiros da administração pública, conforme definido no item 04.01.02.01 (3) da 9ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF), aprovado pela Portaria STN nº 389, de 14 de junho de 2018, e alterações posteriores.

⁵Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

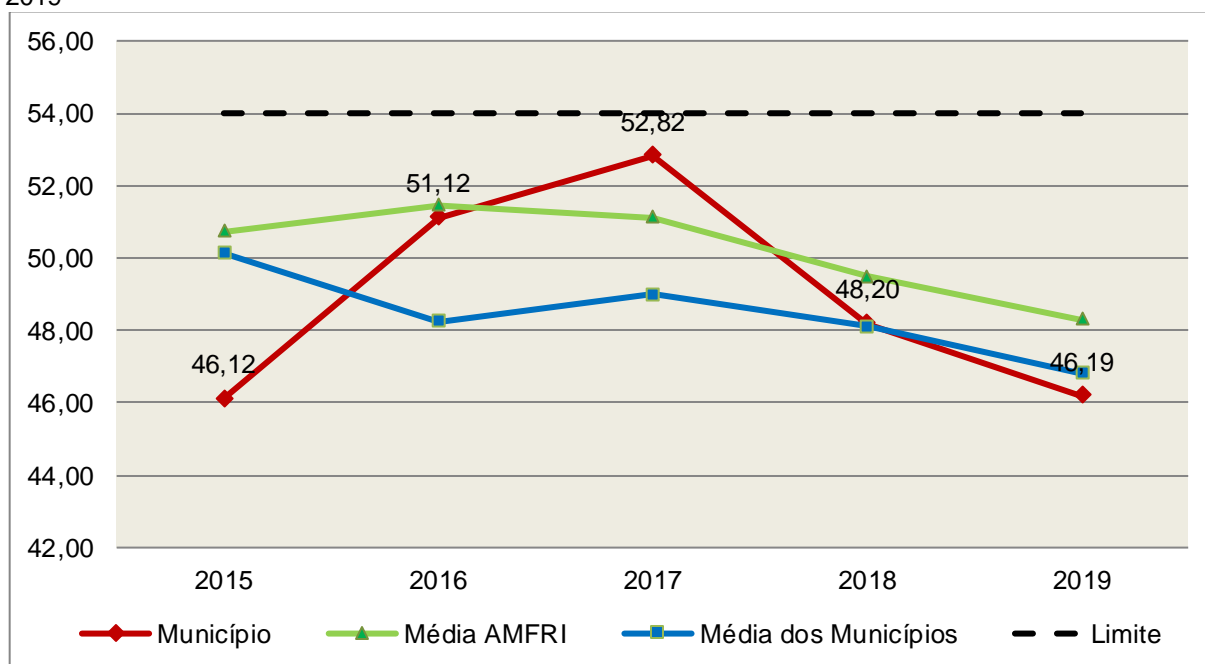
⁶ Conforme entendimento consignado no Prejulgado 1762 reformado pelo Tribunal Pleno em Sessão de 06/12/2017.

⁷ Conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais as despesas de natureza indenizatória e os benefícios assistências não serão consideradas na Despesa Bruta de Pessoal.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **46,19%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 17 –Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo reduziram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2019

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA	854.544.169,54	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	51.272.650,17	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	14.679.062,05	1,72
Pessoal e Encargos(despesa liquidada)*	14.679.062,05	1,72
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	280.686,59	0,03
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	14.398.375,46	1,68
Valor Abaixo do Limite (6%)	36.874.274,71	4,32

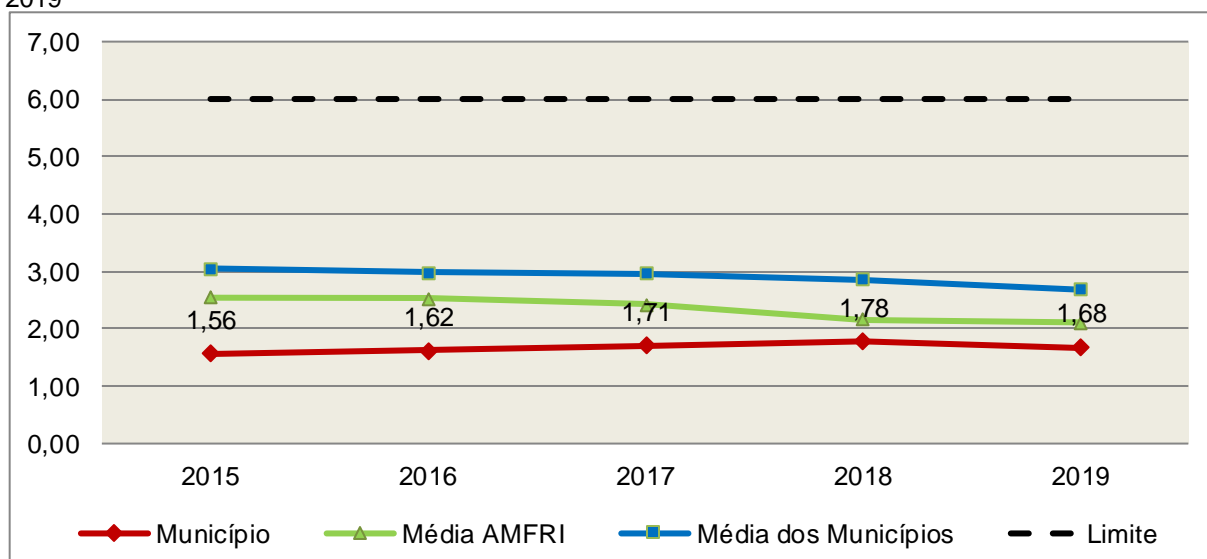
Fonte:*Sistema e-Sfinge/⁸Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

***Deduções dispostas nas Informações Complementares deste Relatório.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **1,68%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 18 –Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2015 – 2019



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

⁸Apuração da Despesa de Pessoal: conforme orientação do Manual dos Demonstrativos Fiscais publicado no endereço <http://www.stn.fazenda.gov.br>

6. CONSELHOS MUNICIPAIS

Os Conselhos Municipais são considerados órgãos públicos que contribuem de forma significativa na execução de políticas públicas setoriais.

Podem ser de natureza obrigatória ou discricionária, ou seja, os de criação obrigatória são exigidos por leis federais, cujas funções são definidas como deliberativas, fiscalizadoras, assessoramento, supervisora e executiva; enquanto que os discricionários são decorrentes de legislação municipal.

O artigo 7º, § único, da Instrução Normativa nº 20, de 01 de março de 2015 exige a remessa dos pareceres dos conselhos obrigatórios, juntamente com a prestação de contas anual, quais sejam:

a) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb, previsto no art. 24, da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

b) Conselho Municipal de Saúde, previsto no art. 1º, caput e § 2º da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

c) Conselho Municipal dos Direitos da Infância e do Adolescente, previsto no art. 88, inciso II da Lei Federal n.º 8.069, de 13 de junho de 1990;

d) Conselho Municipal de Assistência Social, previsto no art. 16, inciso IV, da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993;

e) Conselho Municipal de Alimentação Escolar, previsto no art. 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009;

f) Conselho Municipal do Idoso, previsto no art. 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

6.1. Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACs – FUNDEB)

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb está previsto no artigo 24 da Lei Federal n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.

Referido órgão tem a função de acompanhar a correta aplicação dos recursos do Fundeb e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), bem como supervisionar o censo escolar anual.

O Conselho Municipal do Fundeb é autônomo, não é subordinado ao Poder Executivo e seus membros não são remunerados. No entanto, deverá ser criado por lei específica municipal, e sua composição deve obedecer ao que prescreve o art. 24, § 1º, IV e § 2º da Lei n.º 11.494/2007:

Art. 24. O acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim.

§ 1º Os conselhos serão criados por legislação específica, editada no pertinente âmbito governamental, observados os seguintes critérios de composição:

[...]

IV - em âmbito municipal, por no mínimo 9 (nove) membros, sendo:

a) 2 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 1 (um) da Secretaria Municipal de Educação ou órgão educacional equivalente;

b) 1 (um) representante dos professores da educação básica pública;

c) 1 (um) representante dos diretores das escolas básicas públicas;

d) 1 (um) representante dos servidores técnico-administrativos das escolas básicas públicas;

e) 2 (dois) representantes dos pais de alunos da educação básica pública;

f) 2 (dois) representantes dos estudantes da educação básica pública, um dos quais indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

§ 2º Integrarão ainda os conselhos municipais dos Fundos, quando houver, 1 (um) representante do respectivo Conselho Municipal de Educação e 1 (um) representante do Conselho Tutelar a que se refere a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, indicados por seus pares.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Balneário Camboriú**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS – FUNDEB). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.2. Conselho Municipal de Saúde (CMS)

O Conselho Municipal de Saúde – CMS está previsto no art. 1º, inciso II da Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

Trata-se de um órgão colegiado composto por representantes do governo, prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários, atua na formação de estratégias e no controle da execução das políticas de saúde,

inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, cujas decisões serão homologadas pelo chefe do poder executivo municipal⁹.

Compõe-se, conforme prescreve a terceira diretriz da Resolução n.º 453, de 10 de maio de 2012:

- a) 50% de entidades e movimentos representativos de usuários;
- b) 25% de entidades representativas dos trabalhadores da área de Saúde;
- c) 25% de representação de governo e prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

O Conselho Municipal de Saúde tem as competências elencadas pela quinta diretriz da Resolução n.º 453/2012:

Quinta Diretriz: aos Conselhos de Saúde Nacional, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, que têm competências definidas nas leis federais, bem como em indicações advindas das Conferências de Saúde, compete:

I - fortalecer a participação e o Controle Social no SUS, mobilizar e articular a sociedade de forma permanente na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o SUS;

II - elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;

III - discutir, elaborar e aprovar propostas de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;

IV - atuar na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;

V - definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e deliberar sobre o seu conteúdo, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;

VI - anualmente deliberar sobre a aprovação ou não do relatório de gestão;

VII - estabelecer estratégias e procedimentos de acompanhamento da gestão do SUS, articulando-se com os demais colegiados, a exemplo dos de seguridade social, meio ambiente, justiça, educação, trabalho, agricultura, idosos, criança e adolescente e outros;

⁹Viana, Luiz Cláudio. O papel dos conselhos municipais na gestão pública [monografia]; orientadora, Maria Eliana Cristina Bar. - Florianópolis, SC, 2011. p. 26

VIII - proceder à revisão periódica dos planos de saúde;

IX - deliberar sobre os programas de saúde e aprovar projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, propor a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os face ao processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da Saúde;

X - a cada quadrimestre deverá constar dos itens da pauta o pronunciamento do gestor, das respectivas esferas de governo, para que faça a prestação de contas, em relatório detalhado, sobre andamento do plano de saúde, agenda da saúde pactuada, relatório de gestão, dados sobre o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias iniciadas e concluídas no período, bem como a produção e a oferta de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada, de acordo com a Lei Complementar no 141/2012.

XI - avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;

XII - acompanhar e controlar a atuação do setor privado credenciado mediante contrato ou convênio na área de saúde;

XIII - aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamento ascendentes, conforme legislação vigente;

XIV - propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária dos Fundos de Saúde e acompanhar a movimentação e destino dos recursos;

XV - fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo de Saúde e os recursos transferidos e próprios do Município, Estado, Distrito Federal e da União, com base no que a lei disciplina;

XVI - analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, e garantia do devido assessoramento;

XVII - fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar denúncias aos respectivos órgãos de controle interno e externo, conforme legislação vigente;

XVIII - examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre

assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho nas suas respectivas instâncias;

XIX - estabelecer a periodicidade de convocação e organizar as Conferências de Saúde, propor sua convocação ordinária ou extraordinária e estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programa ao Pleno do Conselho de Saúde correspondente, convocar a sociedade para a participação nas pré-conferências e conferências de saúde;

XX - estimular articulação e intercâmbio entre os Conselhos de Saúde, entidades, movimentos populares, instituições públicas e privadas para a promoção da Saúde;

XXI - estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinente ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde (SUS);

XXII - acompanhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica, observados os padrões éticos compatíveis com o desenvolvimento sociocultural do País;

XXIII - estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde, divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões nos meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões e dos eventos;

XXIV - deliberar, elaborar, apoiar e promover a educação permanente para o controle social, de acordo com as Diretrizes e a Política Nacional de Educação Permanente para o Controle Social do SUS;

XXV - incrementar e aperfeiçoar o relacionamento sistemático com os poderes constituídos, Ministério Público, Judiciário e Legislativo, meios de comunicação, bem como setores relevantes não representados nos conselhos;

XXVI - acompanhar a aplicação das normas sobre ética em pesquisas aprovadas pelo CNS;

XXVII - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XXVIII - acompanhar a implementação das propostas constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde; e

XXIX - atualizar periodicamente as informações sobre o Conselho de Saúde no Sistema de Acompanhamento dos Conselhos de Saúde (SIACS).

Salienta-se que os membros do Conselho não são remunerados e suas funções são consideradas de relevância pública.

Em 28/02/2020 foi encaminhado por email, documento intitulado “Parecer da Relatoria”, fls. 584 a 588 deliberando pela irregularidade da Prestação de Contas da Saúde do **Município Balneário Camboriú**.

6.3. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador das ações relacionadas à política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Balneário Camboriú**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.4. Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)

O Conselho Municipal de Assistência Social está previsto no art. 16, inciso IV da Lei Federal n.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993.

Citado órgão tem a competência de acompanhar a execução da política de assistência social, e seus membros não são remunerados. No entanto, conforme parágrafo único do art. 16 da Lei n.º 8.742/93 as despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições devem ser custeadas pelo órgão gestor da Assistência Social.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Balneário Camboriú**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.5. Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE)

O Conselho Municipal de Alimentação Escolar está previsto no artigo 18 da Lei Federal n.º 11.947, de 16 de junho de 2009:

Art. 18. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de suas respectivas jurisdições administrativas, Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, órgãos colegiados de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, compostos da seguinte forma:

I - 1 (um) representante indicado pelo Poder Executivo do respectivo ente federado;

II - 2 (dois) representantes das entidades de trabalhadores da educação e de discentes, indicados pelo respectivo órgão de representação, a serem escolhidos por meio de assembleia específica;

III - 2 (dois) representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembleia específica;

IV - 2 (dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembleia específica.

§ 1º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão, a seu critério, ampliar a composição dos membros do CAE, desde que obedecida a proporcionalidade definida nos incisos deste artigo.

§ 2º Cada membro titular do CAE terá 1 (um) suplente do mesmo segmento representado.

§ 3º Os membros terão mandato de 4 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§ 4º A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados nos incisos II, III e IV deste artigo.

§ 5º O exercício do mandato de conselheiros do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 6º Caberá aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios informar ao FNDE a composição do seu respectivo CAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

A sua atuação está prevista no artigo 19 da citada lei:

Art. 19. Compete ao CAE:

I - acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 2º desta Lei;

II - acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III - zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como a aceitabilidade dos cardápios oferecidos;

IV - receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução do Programa.

Parágrafo único. Os CAEs poderão desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional estaduais e municipais e demais conselhos afins, e deverão observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

Conforme consta do processo eletrônico gerado por meio dos dados encaminhados pelo **Município de Balneário Camboriú**, constata-se que foi enviado o arquivo denominado Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CMAE). Contudo, registra-se que não houve análise técnica quanto ao seu conteúdo.

6.6. Conselho Municipal do Idoso (ou da Pessoa Idosa ou dos Direitos da Pessoa Idosa)

O Conselho Municipal do Idoso está previsto no artigo 6º da Lei Federal n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994.

Suas competências estão previstas no artigo 7º da mesma lei, na redação dada pela Lei n.º 10.741/2003:

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta Lei.

Em consulta ao processo eletrônico gerado através dos dados encaminhados pelo Município de Balneário Camboriú, constata-se que o Parecer do Conselho Municipal do Idoso não foi encaminhado, em desatendimento ao que dispõe o art. 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015.

7. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, assim determina:

Art. 48. [...]

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

- I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;
- II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e
- III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

- I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa,

no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do § 1º do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo

da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacionais necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
- d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
- f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;

II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:

- a) previsão;
- b) lançamento, quando for o caso; e
- c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

A análise, por amostragem, do cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000, alterada pelas Leis Complementares nº 131/2009 e 156/2016, em conjunto com o Decreto Federal nº 7.185/2010, pelo Município de **Balneário Camboriú**, no tocante aos dados relativos do exercício em exame é demonstrada no Quadro a seguir:

Quadro 20 – Cumprimento da Lei Complementar nº 131/2009 e do Decreto Federal nº 7.185/2010

I – QUANTO À FORMA	
Disponibilização de informações de todas as unidades municipais (art. 2º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (art. 48, II, LRF alterada pela Lei Complementar n.º 156/2016)	Análise prejudicada em razão da data de acesso
Disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público na Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso (art. 2º, § 2º, III, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU
Permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados (art. 4º, II, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	CUMPRIU

I – QUANTO AO CONTEÚDO	
DESPESA	
(art. 48-A, I, da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 7º, I, do Decreto Federal nº 7.185/2010)	
a) o valor do empenho, liquidação e pagamento	CUMPRIU
b) o número do empenho	CUMPRIU
c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto	CUMPRIU
d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários	CUMPRIU
e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo	CUMPRIU
f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso	CUMPRIU

RECEITA (art. 48-A, II, da Lei Complementar n° 101/2000 e art. 7°, II, do Decreto Federal n° 7.185/2010)	
a) previsão	CUMPRIU
b) lançamento	CUMPRIU
c) arrecadação	CUMPRIU

Fonte: Site da Prefeitura Municipal – Portal da Transparência – Data de acesso: Jan 23 2020.

8. POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo SECCHI¹⁰, podemos conceituar política pública como: “uma ação elaborada no sentido de enfrentar um problema público”.

As políticas públicas estão presentes principalmente nas áreas de saúde, educação, segurança, habitação, transporte, assistência social e meio ambiente, as quais existem em todas as esferas de governo (federal, estadual e municipal). Sendo que, utilizam-se dos instrumentos de planejamento (Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária anual – LOA) para executá-las.

Neste universo serão realizadas avaliações quantitativas no que se refere as ações nas áreas de saúde e educação, por meio do monitoramento do Plano Nacional de Saúde - PNS – Pactuação Interfederativa 2017-2021(Lei n.º 8.080/90, art. 15, VIII) e do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014), respectivamente.

8.1. Monitoramento do Plano Nacional de Saúde – Pactuação Interfederativa 2017-2021

No âmbito das políticas públicas de saúde, o Plano Nacional de Saúde - PNS está previsto na Lei n. 8.080/90, art. 15, VIII e deve ser elaborado em conjunto pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, devidamente alinhados com os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA).

A vigência do plano é plurianual (2017 – 2021), e se constitui na base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde – SUS, com previsão para realizações das despesas nas Lei Orçamentárias Anuais.

¹⁰ SECCHI, Leonardo. Políticas Públicas

Para o período de 2017-2021, as diretrizes, objetivos e metas da saúde foram definidas por meio da Pactuação Interfederativa, a qual inclui 23 indicadores que foram definidos em reunião ordinária pela Comissão Intergestores Tripartite¹¹, em novembro de 2016, publicado no Diário Oficial da União, em 12 de dezembro de 2016, por meio da Resolução n.º 8, de 24/11/2016.

Esta pactuação se dá pela conexão entre os três níveis de governo, contemplando, inclusive a constituição de redes de atenção à saúde, numa negociação consensual entre os gestores, oportunidade em que se define a agenda de prioridade, traduzidas pelas diretrizes, objetivos, metas e indicadores

O monitoramento e avaliação das diretrizes mostra-se fundamental para o acompanhamento da execução em nível local quanto ao cumprimento das metas pactuadas, as quais são avaliadas por meio dos indicadores previamente estabelecidos.

Todavia, em razão da ausência de dados disponíveis para pesquisa no site da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, a avaliação das Metas/Resultados do ano de 2019 restou prejudicada.

No que concerne aos objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS (Agenda 2030 – ONU) relacionados à saúde, reitera-se que os Municípios adotem medidas para contempla-los em suas políticas públicas de saúde.

8.2. Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação - PNE

No contexto das Políticas Públicas o Plano Nacional de Educação-PNE teve a sua importância reconhecida principalmente após o advento da Emenda Constitucional n.º 59/2009, onde passou a ser exigência constitucional com periodicidade decenal, tornando-se assim o norteador do Sistema Nacional de Educação, uma vez que, todas as esferas do governo (União, Estados e Municípios) devem pautar as suas ações em Educação alinhadas ao PNE.

Referido Plano teve a sua aprovação pela Lei Federal n.º 13.005, de 25/06/2014 com vigência de 10 anos e apresenta 10 diretrizes, 20 metas e 254 estratégias com abrangência em todos os níveis de ensino.

Sendo que, as diretrizes foram estabelecidas no art. 2º do PNE e são as seguintes:

¹¹ Lei Federal nº 12.466/2011 e Decreto Federal nº 7508/2011

- Erradicação do analfabetismo;
- Universalização do atendimento escolar;
- Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- Melhoria da qualidade da educação;
- Formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- Promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- Promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- Estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto- PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- Valorização dos (as) profissionais da educação;
- Promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

As Metas e Estratégias estão discriminadas no Anexo da referida Lei, todavia, considerando a complexidade das mesmas e prazo de dez anos para executá-las, tem-se que no exercício em análise será efetuado o monitoramento da Meta 1 – Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Os dados populacionais foram estimados e atualizados a partir de estudo técnico realizado por auditores fiscais de controle externo da Diretoria de Atividades Especiais (DAE) do TCE/SC.

Destaca-se que a metodologia aplicada para os monitoramentos encontram-se discriminadas nos itens seguintes.

8.2.1. Monitoramento da Meta 1 do PNE: Educação Infantil

A educação infantil tem sua conceituação e finalidade definida no artigo 29 da Lei Federal n.º 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB). Constituinte a “primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. É oferecida em “creches, ou entidades

equivalentes, para crianças de até três anos de idade” (art. 30, I), e “pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade” (art. 30, II).

Para avaliar a primeira Meta prevista da Lei Federal n.º 13.005/2014, e em respeito ao que dispõe o art. 4º da Lei do PNE, passa-se a apresentar o cálculo das taxas de atendimento em Creche e na Pré-escola no Município de Balneário Camboriú.

Ressalta-se que os dados das matrículas em Creches (crianças até 3 anos em 2019) e na Pré-escola (crianças de 4 a 5 anos em 2019) foram extraídos do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos (Inep), mais especificamente das Sinopses Estatísticas da Educação Básica.

Registre-se que a taxa de atendimento não se confunde com a demanda por vagas na rede pública. Para o cálculo daquela leva-se em consideração o número de matrículas e o percentual previsto no Plano Nacional de Educação, enquanto que a demanda toma em consideração o número de crianças que solicitam vaga em Creches e/ou Pré-escolas. A título exemplificativo, um Município pode ter cumprido a meta prevista no Plano Nacional de Educação e em seu Plano Municipal e ainda assim ter fila de espera por vagas, na hipótese de que o percentual mínimo de atendimento previsto em Lei não ser suficiente para atender toda a demanda.

8.2.2. Taxa de atendimento em Creche

O atendimento da educação infantil em Creche, em regra, deve-se dar para as crianças de até 03 (três) anos de idade e a parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “ampliar a oferta de Educação Infantil em Creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até o final da vigência deste PNE”.

Para avaliação do alcance da parte final da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, calculou-se a taxa líquida de matrículas em Creches, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (0 a 3 anos de idade) prevista no PNE, por meio da seguinte fórmula:

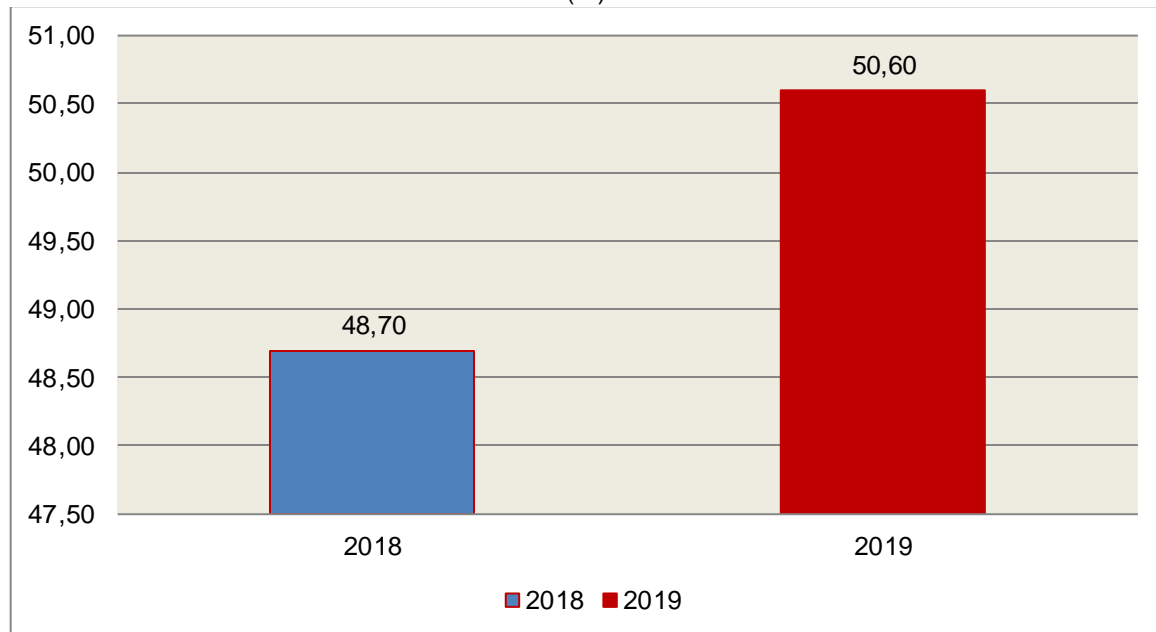
INDICADOR 1B: CRECHES

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{População de 0 a 3 anos que frequenta a Creche}}{\text{População de 0 a 3 anos de idade}} \times 100$

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Balneário Camboriú, a Taxa de Atendimento de crianças de 0 a 3 anos de idade, que frequentaram as Creches no referido Município, em 2019, foi de 50,60%, estando

DENTRO do percentual mínimo previsto para a Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 19 – Taxa de atendimento em Creche (%): 2018 – 2019



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Balneário Camboriú em 2019 Aumentou sua taxa de atendimento em Creche, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.3. Taxa de atendimento na Pré-escola

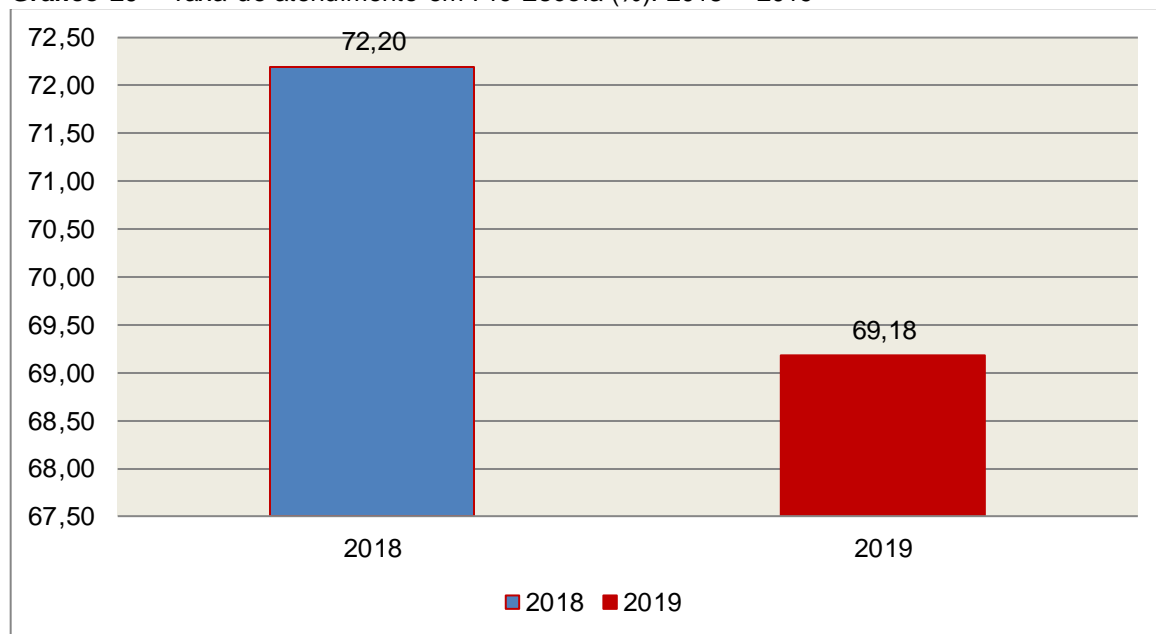
O atendimento da educação infantil na Pré-escola deve-se dar para as crianças de 04 (quatro) a 05 (cinco) anos de idade e a parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação define que o ente deve: “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade”.

Para avaliação do alcance da parte inicial da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, calculou-se a taxa líquida de matrículas na Pré-escola, ou seja, apenas os matriculados que estejam na faixa etária (4 a 5 anos de idade) prevista no PNE, por meio da seguinte fórmula:

<p>INDICADOR 1A: PRÉ-ESCOLA</p> <p>Fórmula de cálculo: <u>População de 4 e 5 anos que frequenta a Pré-escola</u> X 100 População de 4 e 5 anos de idade</p>
--

Assim, com base nos dados estatísticos do Município de Balneário Camboriú, a Taxa de Atendimento de crianças de 4 a 5 anos de idade, que frequentaram a Pré-escola no referido Município, em 2019, foi de 69,18 %, estando **FORA** da Meta 1 do Plano Nacional de Educação.

Gráfico 20 – Taxa de atendimento em Pré-Escola (%): 2018 – 2019



Fonte: dados INEP e levantamento DAE/TCESC

O gráfico anterior demonstra que o Município de Balneário Camboriú em 2019 Diminuiu sua taxa de atendimento na Pré-escola, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

8.2.4 – Avaliação da vinculação das metas da educação do PNE previstas na LOA

O Plano Nacional da Educação – PNE, aprovado pela Lei Federal nº 13.005/2014, estabeleceu um total de 20 metas a serem atingidas durante o decênio 2014 – 2024 relacionadas à melhoria, expansão e universalização dos serviços públicos de educação no âmbito federal, estadual e municipal. Em seu texto, a Lei ressalta a importância do alinhamento do orçamento com a consecução das metas, como estabelecido em seu Art. 10º:

Art. 10. O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios serão formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias deste PNE e com os respectivos planos de educação, a fim de viabilizar sua plena execução.

Nesse sentido, é apresentado no quadro a seguir o esforço orçamentário do Município de Balneário Camboriú para o atingimento das metas do PNE durante o exercício de 2019.

METAS (A)	% APLICADO (B)	PROJETO- ATIVIDADE (C)	VALOR LIQUIDAÇÃO (D)	VALOR LIQUIDAÇÃO APLICADO A META (BxD)/100)
01 Educação Infantil	100,00	01.000005 Ampliação e/ou Reforma dos Núcleos de Educação Infantil	66.390,38	66.390,38
01 Educação Infantil	99,52	02.000007 Manutenção das Atividades das Creches	51.901.852,06	51.652.723,17
01 Educação Infantil	99,74	02.000008 Manutenção das Atividades da Pré- Escola	27.550.789,80	27.479.157,75
01 Educação Infantil	100,00	02.000022 Alimentação Escolar para a Educação Infantil - Creches	995.783,56	995.783,56
01 Educação Infantil	100,00	02.000023 Alimentação Escolar para a Educação Infantil - Pré-Escola	473.813,63	473.813,63
01 Educação Infantil	100,00	02.000027 Manutenção do Transporte Escolar Educação Infantil - Pré-Escola	40.939,57	40.939,57
01 Educação Infantil	100,00	02.000158 Aquisição de Vouchers Escolares	6.361.796,95	6.361.796,95

		- Creches		
01 Educação Infantil	100,00	02.000177 Encargos Sociais e Previdenciários sobre Folha - Creches	12.185.433,76	12.185.433,76
01 Educação Infantil	100,00	02.000178 Encargos Sociais e Previdenciários sobre Folha - Pré- Escola	5.822.266,82	5.822.266,82
02 Ensino Fundamental I	100,00	01.000007 Ampliação e/ou Reforma das Unidades Escolares - Ens.Fundamental	735.231,94	735.231,94
02 Ensino Fundamental I	86,34	02.000009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	70.172.521,29	60.586.954,88
02 Ensino Fundamental I	100,00	02.000024 Alimentação Escolar para o Ensino Fundamental	1.495.463,00	1.495.463,00
02 Ensino Fundamental I	100,00	02.000026 Alimentação Escolar para o CEAC	181.829,59	181.829,59
02 Ensino Fundamental I	100,00	02.000028 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental	325.475,90	325.475,90
02 Ensino Fundamental I	100,00	02.000176 Encargos Sociais e Previdenciários sobre Folha -	14.286.917,96	14.286.917,96

		Ensino Fundamental		
03 Ensino Médio	100,00	02.000029 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio	29.211,10	29.211,10
04 Inclusão	100,00	02.000011 Manutenção das Atividades da Educação Especial	5.612.144,40	5.612.144,40
04 Inclusão	100,00	02.000179 Encargos Sociais e Previdenciários sobre Folha - Educação Especial	832.204,78	832.204,78
05 Alfabetização Infantil	10,00	02.000009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	70.172.521,29	7.017.252,13
06 Educação Integral	3,16	02.000009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	70.172.521,29	2.217.451,67
06 Educação Integral	100,00	02.000012 Manutenção das Atividades de Contraturno Escolar	403.476,71	403.476,71
07 Qualidade da Educação Básica/IDEB	0,25	02.000007 Manutenção das Atividades das Creches	51.901.852,06	129.754,63
07 Qualidade da Educação Básica/IDEB	0,26	02.000008 Manutenção das Atividades da Pré-Escola	27.550.789,80	71.632,05
07 Qualidade da	0,38	02.000009 Manutenção das	70.172.521,29	266.655,58

Educação Básica/IDEB		Atividades do Ensino Fundamental		
07 Qualidade da Educação Básica/IDEB	100,00	02.000013 Manutenção das Atividades Administrativas da SEDUC	1.394.875,96	1.394.875,96
08 Elevação da Escolaridade/Diversidade	0,00	n/d	0,00	0,00
09 Alfabetização de Jovens e Adultos	100,00	02.000010 Manutenção das Atividades do CEJA	1.688.089,36	1.688.089,36
09 Alfabetização de Jovens e Adultos	100,00	02.000025 Alimentação Escolar para o CEJA	67.373,77	67.373,77
09 Alfabetização de Jovens e Adultos	100,00	02.000180 Encargos Sociais e Previdenciários sobre Folha - EJA	263.162,46	263.162,46
10 EJA Integrada	0,00	n/d	0,00	0,00
11 Educação Profissional	0,00	n/d	0,00	0,00
12 Educação Superior	0,00	n/d	0,00	0,00
13 Qualidade da Educação Superior	0,00	n/d	0,00	0,00
14 Pós-Graduação	0,00	n/d	0,00	0,00
15 Profissionais da Educação	0,23	02.000007 Manutenção das Atividades das Creches	51.901.852,06	119.374,26
15 Profissionais da Educação	0,11	02.000009 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	70.172.521,29	77.189,77
16 Formação	0,00	n/d	0,00	0,00

17	Valorização dos Profissionais do Magistério	0,00	n/d	0,00	0,00
18	Planos de Carreira	0,00	n/d	0,00	0,00
19	Gestão Democrática	0,00	n/d	0,00	0,00
20	Financiamento da Educação	0,00	n/d	0,00	0,00

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge Web 6ª competência

Diante dos dados acima informados, tem-se que o total executado no atingimento das metas do PNE do Município de Balneário Camboriú, no valor de R\$ 202.880.027,49, representa 20,12% do orçamento do Município.

Obs.: Valor executado refere-se ao % informado pela Unidade na 6ª competência do e-Sfinge multiplicado pela despesa liquidada em cada Projeto/Atividade.

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÃO DE ORDEM CONSTITUCIONAL

- 9.1.1 Desvinculação de Receita da COSIP (FR 08), no montante de R\$ 2.144.363,40, em desacordo ao artigo 76-B do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, incluído pela Emenda Constitucional nº 93/2016 (Doc. 04, Anexos da Instrução).

9.2 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

Não foram encontradas restrições desta natureza, de acordo com os critérios técnicos adotados.

9.3 RESTRIÇÃO DE ORDEM REGULAMENTAR

- 9.3.1 Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho

Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o artigo 7º, Parágrafo Único, inciso V da Instrução Normativa N.TC-20/2015. (item 6.6)

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2019

Quadro 22 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 30.595.624,65
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 163.288.409,44
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	32,35%
4.2) Ensino	25,00%	29,81%
4.3) FUNDEB	60,00%	98,51%
	95,00%	98,51%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	47,88%
b) Poder Executivo	54,00%	46,19%
c) Poder Legislativo	6,00%	1,68%
4.5) L.C. N° 131/2009 E DEC. N° 7.185/2010	CUMPRIU	

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando que foi efetuada a análise pelo Corpo Técnico quanto ao cumprimento dos incisos IX e X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar n.º 202/2000, referente às contas do **exercício de 2019 do Município de Balneário Camboriú**.

Diante das **Restrições de Ordem Constitucional e Regulamentar** apuradas, respectivamente, nos **itens 9.1 e 9.3**, deste Relatório, entende esta Diretoria que, à vista da análise procedida, possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II – **RECOMENDAR** ao Órgão Central de Controle Interno que atente para o cumprimento dos incisos IX e X do Anexo II – Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno da Instrução Normativa TCE/SC n.º 20/2015, no que diz respeito na avaliação do cumprimento do limite de aplicação mínima de 95% do total dos recursos do Fundeb.

III – **DAR CIÊNCIA** ao Conselho Municipal de Educação, em cumprimento à Ação 9c.2 estabelecida na Portaria n.º TC-0374/2018, acerca da análise do cumprimento dos limites no Ensino e FUNDEB, dos Pareceres do

Conselho do FUNDEB e Alimentação Escolar e do monitoramento da Meta 1 do Plano Nacional de Educação, conforme itens 5.2, 6.1, 6.5 e 8.2, deste Relatório;

IV - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DGO/Divisão 3, em 20/08/2020.

OLDAIR SCHROEDER
Auditor Fiscal de Controle Externo

TERESINHA DE JESUS BASTO DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 3

De Acordo

Em 20/08/2020.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Coordenadoria de Contas de
Governo Municipal

Encaminhem-se os autos ao MPJTC para a necessária manifestação.

Moises Hoegenn
Diretor
Diretoria de Contas de Governo - DGO

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas Empenhadas com Recursos de Convênios Destinados às Ações e Serviços de Saúde	37.331.016,17
Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde	142.918,35
despesas realizadas com receita arrecadada pelo Fundo contabilizada na FR 02. Doc. 05, Anexos da Instrução	44.304,59
Despesas com repasses ao Consórcio Público de Saúde, sem prestação de Contas, conforme relação disposta no Doc. 06 , Anexos da Instrução.	75.743,59
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	37.593.982,70

Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional: Gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil	3.852.102,85
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil	14.198,96
Valor referente a despesas consideradas na Educação Infantil em exercícios anteriores (fontes 01 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise, Doc. 07 , Anexos da Instrução	51.715,29
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental	7.226.173,33
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental	72.627,90
Despesas financiadas com a fonte de recursos 36, classificados na sub-função 367, empenho n. 1797/2019 de 05/02/2019	1.365,00
Valor referente a despesas consideradas no Ensino Fundamental em exercícios anteriores (fontes 01 e/ou 18 e/ou 19) inscritas em Restos a Pagar e canceladas no exercício em análise, Doc. 07 , Anexos da Instrução	85.866,66
Resultado líquido das transferências do Fundeb	44.982.945,94
Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos de impostos (Conforme Comunicado: Ensino - Despesas custeadas com o superávit financeiro de outros recursos de impostos – disponível em Tabela de Download 2018 do e-Sfinge Captura), Doc. 08 , Anexos da Instrução	2.236.772,62
Total das deduções consideradas para fins de Limite Constitucional	58.523.768,55

Deduções da Despesa com Pessoal

Descrição	R\$
Executivo: Despesas com Inativos e Pensionistas, pagas com recursos das Contribuições dos Servidores, Contribuição Patronal aos Regimes Próprios de Previdência e a Compensação Financeira entre os Regimes de Previdência* (Grupo de Natureza de Despesa 1, Elemento de Despesa: 01, 03 e 05, contabilizadas no Instituto de Previdência, com Fontes de Recursos Vinculadas)(despesas liquidadas)	60.765.668,92
Executivo: Sentenças Judiciais* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 91) (despesas liquidadas)	523.714,77
Executivo: Despesas de Exercícios Anteriores* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 92) (despesas liquidadas)	313.367,09
Executivo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94) (despesas liquidadas)	9.393.234,68
Total das Deduções das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	70.995.985,46
Legislativo: Indenizações e Restituições Trabalhistas* (Grupo de Natureza de Despesa 1; elemento de Despesa 94) (despesas liquidadas)	280.686,59
Total das deduções das despesas com pessoal do Poder Legislativo	280.686,59

* Fonte Sistema e-Sfinge

Restos a pagar não processados – Despesa de Pessoal (Executivo)

Descrição	R\$
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSOS - PODER EXECUTIVO – Inscritos*:	
(+) Restos a Pagar não Processados - Pessoal e encargos	27.282,11
(+) Restos a Pagar não Processados - Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	
(-) Restos a Pagar não Processados - Sentenças Judiciais	
(-) Restos a Pagar não Processados - Despesas de Exercícios Anteriores	
(-) Restos a Pagar não Processados - Indenizações e Restituições Trabalhistas	4.134,62
(-) Restos a Pagar não Processados - Despesas com Inativos e Pensionistas pagas com ContribServid e Patron ao RPPS e Comp. Finan.	4.154,52
Pessoal e encargos Inscritos em Restos a Pagar não Processados – PODER EXECUTIVO (QUADRO 18)	18.992,97

* Fonte Sistema e-Sfinge

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB	70.720.831,21
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	51.229,86
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2019	1.532.104,83
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	475.213,69
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2019	69.715.169,93

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2019	301	1.019.116,97	691.043,16	686.205,01
33 - Transferências de Convênios – União/Saúde	2019	302	126.530,78	39.038,12	36.088,12
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	301	8.562.664,04	8.357.408,48	8.306.939,94
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	302	24.410.738,29	22.519.322,15	22.405.902,61
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	304	18.496,80	18.272,41	13.394,10
38 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União	2019	305	687.115,84	669.657,48	668.992,08
63 - Transferências de Convênios – Estado/Saúde	2019	302	186.000,00	186.000,00	186.000,00
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2019	301	1.531.179,50	1.508.284,41	1.498.976,95
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2019	302	567.726,93	516.655,43	516.655,43
67 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado	2019	305	19.057,00	10.400,00	10.400,00
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	2019	301	129.835,08	129.835,08	129.835,08
88 - Alienações de Bens destinados a Programas de Saúde	2019	302	72.554,94	72.024,14	72.024,14
TOTAL			37.331.016,17	34.717.940,86	34.531.413,46

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	2311	12/03/2019	LLN CONSULTORIA GOVERNAMENTAL LTDA	135.000,00	121.500,00	121.500,00	Contratação serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria aplicada ao setor público abrangendo capacitação contínua através da transferência de conhecimentos, acompanhamento e orientação para as áreas de: planejamento e execução orçamentária, finanças públicas, contabilidade, gestão de recursos e atos administrativos aos responsáveis pela administração pública do Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú, de forma a atender as normas legais que regem a matéria e indispensáveis ao bom desempenho das atividades de execução e de gestão de recursos públicos, conforme termo de referência. 1º adtct 011/2018 - prorrogação por mais 12 meses conforme solicitação 608/2019 e ofício 142/2019 de 08/03/2019 - FMS.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	3583	17/04/2019	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.	924,24	924,24	924,24	REFERENTE A MULTA GPS PATRONAL HMRC N 3161 - REFERENTE 01/2019
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	1999	22/02/2019	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.	5.832,48	5.832,48	5.832,48	REFERENTE A MULTA SOBRE RECOLHIMENTO DE INSS EM ATRASO - GUIAS PATRONAIS REF. JAN/2018 - VALOR PRINCIPAL DE R\$ 889.545,37, CONFORME OFÍCIO 022/2018/FMS/CTB.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Camboriú	Saúde								
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	8319	06/09/2019	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.	12,61	12,61	12,61	REFERENTE A MULTA SOBRE RECOLHIMENTO DE INSS EM ATRASO - REF. RESCISÃO COMPLEMENTAR DE DAIANE LORENA DA SILVA DU TRA VALOR PRINCIPAL DE R\$ 68,81 CONFORME MEMORANDO 248/2019/DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	8320	06/09/2019	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.	140,60	140,60	140,60	REFERENTE A MULTA SOBRE RECOLHIMENTO DE INSS EM ATRASO - REF. RESCISÃO COMPLEMENTAR DE DAIANE LORENA DA SILVA DU TRA VALOR PRINCIPAL DE R\$ 767,14 CONFORME MEMORANDO 248/2019/DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	5597	19/06/2019	INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - I.N.S.S.	94,58	94,58	94,58	REFERENTE A MULTA SOBRE RECOLHIMENTO DE INSS EM ATRASO - REF. RESCISÃO DE PATRÍCIA MURANAKA VALOR PRINCIPAL DE R\$ 450,18 CONFORME MEMORANDO 165/2019/DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS.
Fundo Municipal de Saúde de Balneário Camboriú	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	302	10049	21/10/2019	INMETRO - INST. NAC. DE METROLOGIA, QUALID. E TECN	913,84	913,84	913,84	TORNA-SE NECESSÁRIO O PAGAMENTO DE MULTA DO INMETRO EM CUMPRIMENTO AO ART. 5º DA LEI 9.933/1999. SOLICITAÇÃO ANEXO. OFÍCIO 1286/2019
TOTAL						142.918,35	129.418,35	129.418,35	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2019	365	3.057.622,56	2.741.701,55	2.740.799,55
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2019	365	794.480,29	688.819,22	666.983,54
TOTAIS			3.852.102,85	3.430.520,77	3.407.783,09

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	346	07/01/2019	ANETE ELY BARBIERI	3.483,34	3.483,34	3.483,34	REFERENTE A PAGAMENTO DE AUXILIO FUNERAL DEVIDO FALECIMENTO DO ESPOSO DA FUNCIONARIA ANETE ELY BARBIERI, CONFORME CERTIDÃO DE OBITO 108126 01 55 2019 4 00055 045 0019438 17, SOLICITAÇÃO 002/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4590	05/04/2019	LC DAGOSTIN E CIA LTDA	1.507,61	1.507,61	1.507,61	Locação de sistema de sonorização e iluminação para ser utilizado pela Secretaria de Educação, para a realização da FESTA JULINA DO NEI NOVA ESPERANÇA, que ocorrerá nas dependências do NEI Nova Esperança, na data 05 de julho (sexta-feira) de 2019, conforme prego 245/2018, através da sol. 1924/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4593	05/04/2019	MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP	1.660,00	1.660,00	1.660,00	Locação de palco para ser utilizado pela Secretaria de Educação no evento Festa Junina, que acontecerá nas dependências do NEI Nova Esperança, no dia 05 de julho (sexta-feira) de 2019, no período noturno, conforme Licitação nº 245/2018, através da sol. 1923/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4535	05/04/2019	MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA ME	845,60	845,60	845,60	Locação de coberturas piramidais (tendas 3 X 3) para serem utilizadas pela Secretaria de Educação no evento denominado Festa da Família, para alunos e professores, no NEI Sonho de Criança, dos dias 10 a 17 de maio de 2019, conforme prego 139/2018, através da sol. 2048/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	7463	12/06/2019	MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA ME	252,65	252,65	252,65	Locação de coberturas piramidais (tenda) para ser utilizada pela Secretaria de Educação, na Festa JULINA DONEI ODÁCIA, unidade pertencente a rede municipal de ensino de BC, a festa ocorrerá nas dependências da escola, no dia 13 de julho de 2019 - SÁBADO. LICITAÇÃO: 139/2018, através da sol. 3064/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	4850	11/04/2019	NEDI MORAES	6.449,76	6.449,76	6.449,76	VALOR PROVENIENTE A PAGAMENTO DE AUXÍLIO-FUNERAL DEVIDO FALECIMENTO DO CONJUGUE DA FUNCIONÁRIA, CONFORME CERTIDÃO INTEIRO TEOR DE ÓBITO MATRICULA: 107375 01 55 2019 4 00125 104 0045254 41, PEDIDO DE PAGAMENTO 103/2019.
TOTAL						14.198,96	14.198,96	14.198,96	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
36 - Salário-Educação	2019	361	6.176.875,01	5.259.868,11	5.199.017,02
37 - Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE (não repassadas por meio de convênios)	2019	361	967.966,39	854.107,55	853.468,55
62 - Transferências de Convênios – Estado/Educação	2019	361	7.431,57	7.431,57	7.431,57
66 - Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Desenvolvimento da Educação	2019	361	73.900,36	73.900,36	73.900,36
TOTAL			7.226.173,33	6.195.307,59	6.133.817,50

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7575	12/06/2019	ADRIANA TERRA DE SOUZA	3.494,61	3.494,61	3.494,61	REFERENTE PAGAMENTO DE AUXILIO FUNERAL DEVIDO FALECIMENTO DO CONJUGE DA FUNCIONARIA ADRIANA TERRA DE SOUZA, CERTIDÃO DE OBITO 14996301552019400030144000506123 CONFORME PEDIDO DE PAGAMENTO 163/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2934	20/02/2019	CONFECTIL CONFECÇÕES DE MALHAS E UNIFORMES LTDA	4.326,00	4.326,00	4.326,00	Aquisição de uniformes para serem utilizados pela Secretaria de Educação, destinados aos servidores que estarão trabalhando na organização dos Desfiles Alusivos a 7 de setembro de 2019, conforme pregão 186/2018, através da sol. 1009/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1274	24/01/2019	LC DAGOSTIN E CIA LTDA	3.200,00	3.200,00	3.200,00	Locação de telão de LED para o evento: Abertura do ano letivo de 2019, com palestra para os profissionais da Rede Municipal de Ensino, a ser realizada em 06 de fevereiro de 2019, das 07h às 18h, no Clube Social e Esportivo União Arribá, em conformidade com a Solicitação nº 497/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2933	20/02/2019	MANOEL JOAO FRANCISCO FILHO EPP	1.920,00	1.920,00	1.920,00	Locação de banheiros químicos para serem utilizados pela Secretaria de Educação no evento alusivo ao Desfile do Cívico de 7 de Setembro, nos bairros do Centro e na Barra, conforme pregão 084/2018, através da sol. 1013/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	10155	26/08/2019	MARIA DO SOCORRO ARAUJO SANTOS	2.111,28	2.111,28	2.111,28	REFERENTE PAGAMENTO DE AUXILIO FUNERAL DEVIDO FALECIMENTO DO CONJUGE DA FUNCIONARIA, CONFORME CERTIDÃO DE OBITO 10812601552019400057015002000831 E PEDIDO DE PAGAMENTO 209/2019.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e	361	3127	22/02/2019	MINISTER SERVIÇOS EIRELI EPP	6.640,00	6.640,00	6.640,00	Locação de palco para ser utilizado pela Secretaria de Educação no Evento Desfile Cívico comemorativo ao Sete de Setembro, conforme pregão

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Balneário Camboriú	Transf de Impostos: Educação								245/2018, através da sol. 1000/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4346	28/03/2019	MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA ME	29.625,00	29.625,00	29.625,00	Locação de grades de proteção para serem utilizadas pela Secretaria de Educação, destinadas ao evento do Desfile comemorativo ao Sete de Setembro, conforme pregão 166/2018, através da sol. 1006/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	4431	28/03/2019	MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA ME	432,10	432,10	432,10	Locação de coberturas piramidais (lonas) para serem utilizadas pela Secretaria de Educação no evento de Comemoração dos 18 anos do CEM Dona Lilli, situada no Bairro da Barra, pertencente a rede municipal de ensino de BC, conforme Licitação nº 139/2018, através da sol. 1714/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7559	12/06/2019	MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA ME	5.781,50	5.781,50	5.781,50	Locação de coberturas piramidais (tendas) para serem utilizadas pela Secretaria de Educação, na Festa do Bom Sucesso que ocorrerá nos dias 26, 27 e 28 de julho de 2019, na Praça do Pescador, no bairro da Barra em B.C. LICITAÇÃO: 139/2018, através da sol. 3224/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	2907	20/02/2019	SILVESTRE SOM LTDA - ME	9.459,00	9.459,00	9.459,00	Locação de sistema de sonorização para ser utilizado pela Secretaria de Educação no evento alusivo ao Desfile do Cívico de 7 de Setembro, nos bairros do Centro e na Barra, conforme pregão 245/2018, através da sol. 997/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	9979	12/08/2019	TRANSGERASUL EVENTOS LTDA	2.550,00	2.550,00	2.550,00	Locação de Gerador para ser utilizado pela Secretaria de Educação, no Desfile Cívico de 7 de Setembro. Conforme pregão Nº 001/2019, através da sol. 4310/2019.
Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	7623	14/06/2019	VICENTINA PAULA DE OLIVEIRA	3.088,41	3.088,41	3.088,41	REFERENTE PAGAMENTO DE AUXILIO FUNERAL DEVIDO FALECIMENTO DO CONJUGE DA FUNCIONARIA, CONFORME CERTIDAO DE OBITO 10812601552019400056123001981684 E PEDIDO DE PAGAMENTO 161/2019.
TOTAL						72.627,90	72.627,90	72.627,90	

Cálculo Detalhado do Resultado Financeiro por especificações de Fonte de Recurso

A - RECURSOS VINCULADOS										
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)					SUPERAVIT/ DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	COM RPPS	DO RPPS	AJUSTE RPPS	EXCLUÍDO RPPS	
00	2.682.531,21	0,00	82.890,08	1.048.487,20	0,00	1.551.153,93	46.756,45	0,00	1.504.397,48	SUPERAVIT
01	4.206.048,21	1.966.855,88	1.913.784,46	312.143,58	0,00	13.264,29	0,00	0,00	13.264,29	SUPERAVIT
02	14.452.314,93	540.039,14	2.050.542,33	10.885.061,09	0,00	976.672,37	0,00	0,00	976.672,37	SUPERAVIT
03	471.632.341,92	116.775,61	747.510,47	40.499,64	0,00	470.727.556,20	470.727.556,20	0,00	0,00	SUPERAVIT
04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
05	72.573.793,46	0,00	0,00	0,00	0,00	72.573.793,46	72.573.793,46	0,00	0,00	SUPERAVIT
06	68.489.578,63	1.028.780,50	2.469.554,63	19.429.580,35	0,00	45.561.663,15	18.279.164,06	0,00	27.282.499,09	SUPERAVIT
07	75.231,59	0,00	10.756,68	40.222,72	0,00	24.252,19	0,00	0,00	24.252,19	SUPERAVIT
08	3.736.249,18	11.388,63	31.544,93	1.563.553,26	0,00	2.129.762,36	0,00	0,00	2.129.762,36	SUPERAVIT
09	135.588,13	0,00	0,00	0,00	0,00	135.588,13	0,00	0,00	135.588,13	SUPERAVIT
10	82.091,12	0,00	0,00	0,00	0,00	82.091,12	0,00	0,00	82.091,12	SUPERAVIT
11	1.594.643,94	141,65	7.225,87	36.273,79	0,00	1.551.002,63	0,00	0,00	1.551.002,63	SUPERAVIT
12	7.482.485,09	0,00	166,33	3.715.904,30	0,00	3.766.414,46	0,00	0,00	3.766.414,46	SUPERAVIT
18	1.532.104,83	468.393,45	18.052,68	114,56	0,00	1.045.544,14	0,00	0,00	1.045.544,14	SUPERAVIT
19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
31	215.602,37	0,00	0,00	33.826,00	0,00	181.776,37	0,00	0,00	181.776,37	SUPERAVIT
32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
33	1.549.111,13	157,11	7.788,15	415.566,47	0,00	1.125.599,40	0,00	0,00	1.125.599,40	SUPERAVIT
34	547.535,00	437,25	21.316,61	938.782,72	0,00	-413.001,58	0,00	0,00	-413.001,58	DÉFICIT

35	793.419,27	440,87	7.374,53	234.218,39	0,00	551.385,48	0,00	0,00	551.385,48	SUPERAVIT
36	1.753.554,18	12.504,82	62.621,92	1.239.615,41	0,00	438.812,03	0,00	0,00	438.812,03	SUPERAVIT
37	443.329,15	50,55	23.914,78	285.289,89	0,00	134.073,93	0,00	0,00	134.073,93	SUPERAVIT
38	11.324.669,27	76.767,62	242.494,80	2.140.291,90	0,00	8.865.114,95	0,00	0,00	8.865.114,95	SUPERAVIT
39	264.822,25	229,92	8.967,00	102.404,76	0,00	153.220,57	0,00	0,00	153.220,57	SUPERAVIT
40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
50	2.326.270,23	0,00	0,00	0,00	0,00	2.326.270,23	0,00	0,00	2.326.270,23	SUPERAVIT
61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
62	0,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,43	0,00	0,00	0,43	SUPERAVIT
63	83.264,18	0,00	0,00	0,00	0,00	83.264,18	0,00	0,00	83.264,18	SUPERAVIT
64	97.588,13	0,00	0,00	62.151,29	0,00	35.436,84	0,00	0,00	35.436,84	SUPERAVIT
65	312.609,96	0,00	304,44	61.673,35	0,00	250.632,17	0,00	0,00	250.632,17	SUPERAVIT
66	57.191,11	0,00	112,78	0,00	0,00	57.078,33	0,00	0,00	57.078,33	SUPERAVIT
67	2.578.812,43	79,56	9.447,28	87.540,04	0,00	2.481.745,55	0,00	0,00	2.481.745,55	SUPERAVIT
68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
75	2.451.991,88	3.615,54	6.545,18	111.495,36	0,00	2.330.335,80	2.330.335,80	0,00	0,00	SUPERAVIT
80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
83	3.762.722,21	57.909,33	2.497.367,45	3.935.625,59	0,00	-2.728.180,16	0,00	0,00	-2.728.180,16	DÉFICIT
84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT

87	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
88	55.225,67	0,00	23.930,00	7.198,55	0,00	24.097,12	0,00	0,00	24.097,12	SUPERAVIT
89	1.538.828,13	0,00	28.798,10	1.075.415,36	0,00	434.614,67	11.714,00	0,00	422.900,67	SUPERAVIT
93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	SUPERAVIT
T.	678.831.549,22	4.284.567,43	10.273.011,48	47.802.935,57	0,00	616.471.034,74	563.969.319,97	0,00	52.501.714,77	

B	RECURSOS ORDINÁRIOS						
FR	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (A)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (B)			DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA / INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA (A - B)		SUPERÁVIT/DÉFICIT
	VALOR REGISTRADO	DEPÓSITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	AJUSTES	DISPONIBILIDADE DE CAIXA AJUSTADA	
0	138.832.824,54	2.564.835,19	3.930.388,96	21.550.905,72	0,00	110.786.694,67	SUPERAVIT
T.	138.832.824,54	2.564.835,19	3.930.388,96	21.550.905,72	0,00	110.786.694,67	